Minha Vida Fora Dali:

Escuta de Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento

Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária
Realização

Instituto Fazendo História
Associação Beneficente Encontro com Deus
Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Assistência Social
Apoio

Minha Vida Fora Dali:

Escuta de Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento

Curitiba, Novembro de 2020.

CRÉDITOS

Realização

Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC)
Patrick James Reason
Secretário Nacional do Movimento Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC) durante a realização do estudo

---

Apoio

Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Assistência Social
Mariana de Souza Machado Neris – Secretária Nacional de Assistência Social, durante a realização do estudo
Ana Angélica Campelo, Cinthia Barros dos Santos e Juliana M. Fernandes Pereira (SNAS/MC)

Instituto Fazendo História
Andreia Barion – Diretora Executiva
Mahyra Costivelli – Coordenadora do Grupo Nós
Luiza Escardovelli - Técnica do Programa de Apadrinhamento Afetivo

Associação Beneficente Encontro com Deus
Patrick James Reason – Diretor Executivo
Viviane Antonia da Silva – Assistente Social

Equipe de Pesq uisa

Coordenação da Pesquisa
Luciana Cassarino-Perez - Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRES), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Infância, Juventude e Comunidade (Líberi), da Universitat de Girona, Docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

Metodologia de Pesquisa
Luciana Cassarino-Perez
Mahyra Costivelli e Luiza Escardovelli (Instituto Fazendo História)
Contribuições: Patrick James Reason (MNPCFC);
Cinthia Barros dos Santos e Ana Angélica Campelo (SNAS/MC)

Coleta de Dados
Luciana Cassarino-Perez
Mahyra Costivelli e Luiza Escardovelli - Instituto Fazendo História

Apoio
Patrick James Reason (MNPCFC) e Dayse Cesar Franco Bernardi (MNPCFC/NECA); Mahyra Costivelli Psicóloga e Luiza Escardovelli (Instituto Fazendo História); Sérgio Marques e Luiz Mendonça (Aldeias Infantis SOS); Jane Valente (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - UNICAMP); Perina de Fátima Aguiar Costa (Lar Fabiano de Cristo); Claudiney Leite de Souza (Centro Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente); Maria de Amparo Seibel (MNPCFC); Edinalva Severo (MNPCFC); Raum Batista (Associação Brasilieira Terra dos Homens); Elma Garcia Lopes (Casa Novella); Jonathan Luke Hannay (ACER Brasil).

Sistematização, Análise dos Dados e Elaboração do Relatório de Pesquisa
Luciana Cassarino-Perez

Apoio: Mahyra Costivelli e Luiza Escardovelli (Instituto Fazendo História)

Sistematização das Transcrições (Degravação): Viviane Antonia da Silva (Associação Beneficente Encontro com Deus/MNPCFC)

Contribuições ao relatório final: Juliana M. Fernandes Pereira e Ana Angélica Campelo (SNAS/MC)

Equipe editorial

Projeto Gráfico
Luiza Martins da C. Vidal (ASCOM/MC)

Diagramação
Jackson Amorim S. Júnior (ASCOM/MC)

Apoio técnico - Organização e formatação conteúdo Word
Eduardo Monteiro (SNAS/MC)

Agradecimento

Aos jovens que participaram do estudo, pelo compartilhamento de vivências, opiniões e sugestões que poderão impulsionar o desenvolvimento de políticas públicas.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Minha vida fora dali : escuta de jovens egressos de serviços de acolhimento / Luciana Cassarino-Perez...[et al.] ; organização Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC). -- Curitiba, PR : ECD, 2022.

Outros autores: Mahyra Costivelli, Luiza Escardovelli, Patrick James Reason.
ISBN 978-65-89063-02-5

1. Adolescentes - Cuidados institucionais 2. Crianças e adolescentes - Direitos - Brasil 3. Jovens - Aspectos sociais 4. Serviço de acolhimento 5. Serviço social I. Cassarino-Perez, Luciana. II. Costivelli, Mahyra. III. Escardovelli, Luiza. IV. Reason, Patrick James. V. Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC)

22-135021 CDD-362.732

Índices para catálogo sistemático:

1. Jovens egressos : Cuidados institucionais : Bem-estar social 362.732

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Sumário

01. Introdução 8

02. Método 12

2.1. Participantes 12

2.2. Instrumentos 14

2.2.1. Grupos Focais 14

2.2.2. Entrevistas 14

2.3. Procedimentos 15

2.4. Análise dos dados 16

03. Resultados 18

3.1. Eixo 1: Políticas de apoio à família e prevenção do afastamento do convívio familiar 18

3.1.1. Entrada nos serviços 18

3.1.2. Contatos e visitas familiares 21

3.1.3. Acompanhamento sócio familiar 22

3.1.4. Reintegração familiar 22

3.2. Eixo 2: Reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e implementação de novas modalidades de acolhimento 23

3.2.1. Acolhimento Institucional 23

3.2.1.1. Circulação 24

3.2.1.2. Desligamento por maioridade 26

3.2.1.3. Funcionamento dos serviços 27

3.2.1.4. Oportunidades 29

3.2.1.5. Preparo para autonomia 30
3.2.1.6. Vínculos e afetos 33
3.2.1.7. Vivências de risco 33
3.2.2. Acolhimento Familiar 35
3.2.3. Convivência Comunitária 36
3.2.3.1. Apadrinhamento afetivo 37
3.2.3.2. Convivência com pares 37
3.2.3.3. Relações com instituições e vizinhança 38
3.2.3.4. Vivências fora do abrigo 38
3.2.4. Vida Autônoma 39
3.2.4.1. Apoio Social 39
3.2.4.2. Pandemia 41
3.2.4.3. República Jovem 42
3.2.4.4. Ser jovem egresso 42
3.2.4.5. Trajetórias 44

3.3. Eixo 3: Adoção centrada no superior interesse da criança e do adolescente 46

3.3.1. Circulação de crianças 46
3.3.2. Adoção tardia 46
3.3.3. Adoção malsucedida 47
3.3.4. Preparação e processos de adoção 48
3.3.4.1. Acompanhamento da justiça 48
3.3.4.2. Busca ativa 49
3.3.4.3. Celeridade dos processos 49
3.3.4.4. Papel dos serviços 50
3.3.4.5. Preparação dos adotantes 50
3.3.5. Vínculos com a família de origem 51

04. Discussão: o que os resultados nos dizem sobre as ações propostas pelo PNCFC? 53

05. Recomendações e considerações finais 65

06. Referências Bibliográficas 68

01. Introdução

Este estudo integra o projeto de avaliação e atualização do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, PNCFC (Brasil, 2006). O processo de avaliação do PNCFC foi estruturado com objetivo de identificar resultados e subsidiar de forma consistente sua atualização, com socialização de conhecimentos com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Envolve diversos estudos e parceiros, dentre os quais o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC). O MNPCFC reúne especialistas e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atuantes na temática da Convivência Familiar e Comunitária e tem sido um ator histórico na mobilização do debate, na incidência política e nos avanços desta pauta no país.

Aprovado pelo CONANDA e CNAS, por meio da Resolução Conjunta nº 01/2006 (CONANDA e CNAS, 2006), o PNCFC reuniu um conjunto de ações a serem implementadas de 2007 a 2015. Considerando este horizonte temporal, a partir de 2018, o MNPCFC elegeu como pauta prioritária de sua agenda de trabalho a discussão quanto à necessidade de avaliar e atualizar o Plano Nacional. Nesse contexto, lançou em parceria com as Aldeias Infantis SOS e a Childfund Brasil o Plano de Advocacy Convivência Familiar e Comunitária: Prioridade Nacional (2018), em resposta à Resolução 73/155 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), de 17 de dezembro de 2018, que deliberou pela solicitação ao Secretário Geral da ONU de relatório com foco nas crianças sem cuidados parentais.

O processo de avaliação do PNCFC iniciado em 2019, foi coordenado, no âmbito do Executivo Federal, pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério da Cidadania (MC) e pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher,

da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). No âmbito do MNPCFC, a coordenação dos trabalhos para a avaliação do Plano Nacional foi realizada pela Secretaria Nacional do Movimento, com apoio do Comitê Gestor, envolvendo OSCs, especialistas e diversos apoiadores.

A pesquisa ora apresentada integra a avaliação do Plano Nacional e foi desenvolvida pelo MNPCFC, a partir da solicitação da SNAS, e coordenada pela Doutora Luciana Cassarino-Perez, com apoio do Instituto Fazendo História e da SNAS. A necessidade da escuta de jovens egressos de serviços de acolhimento no processo de avaliação foi identificada ao longo da realização das oficinas participativas nas cinco regiões do país para a elaboração de estudo que também integra a avaliação do Plano Nacional, resultante da parceria entre a SNAS e o MNPCFC, com apoio das Aldeias Infantis SOS, da Organização Internacional para a Migração (OIM) da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Este estudo, realizado entre os meses de julho e outubro de 2020, integra a Avaliação Qualitativa do PNCFC e possui características próprias em relação aos outros que fazem parte da avaliação, pois tem como participantes os usuários. A escuta dos jovens egressos neste processo teve como objetivo assegurar a inclusão da perspectiva de quem viveu a realidade dos serviços de acolhimento, de modo a agregar suas percepções ao processo de avaliação da implementação do PNCFC.

A necessidade de ouvir jovens que viveram em serviços de acolhimento no Brasil também se justifica pela escassez de estudos nacionais sobre o tema. Os poucos estudos já realizados com egressos têm como tema central a transição para a vida adulta daqueles cuja saída se deu por motivo de maioridade. Estas pesquisas revelam as diversas contribuições que os usuários podem oferecer no que se refere a indicadores para o aprimoramento dos serviços. Além disso, apontam para o quanto ainda é preciso avançar nos principais temas que tangem a aquisição de autonomia desta população: moradia, finanças, vínculos familiares e comunitários, educação, habilidades para atividades de vida cotidiana, entre outros (Cassarino-Perez, 2018; Figueiró & Campos, 2013; Rifiotis, 2019; Romanelli, 2013; Rosa, Nascimento, Matos & Santos, 2012).

A realidade vivida por jovens que deixam o sistema de proteção varia muito de acordo com o contexto no qual estão inseridos. São diferenças influenciadas pelo tipo de acolhimento oferecido, pelas condições socioeconômicas, culturais, políticas, etc. Porém, existe um consenso na vasta literatura internacional sobre o tema, de que jovens que deixam os serviços de acolhimento estão mais vulneráveis à exclusão social e comportamentos de risco na vida adulta, se comparados aos pares que cresceram junto às suas famílias (Courtney et al. 2011; Stein 2008; Van Breda, 2018).

Um modelo teórico desenvolvido por Greeson (2013) revela uma sequência de acontecimentos comumente vividos por jovens egressos de serviços de acolhimento, que explica, em grande parte, a vulnerabilidade social destes indivíduos. Segundo a autora, jovens que deixaram o sistema de proteção em geral apresentam uma rede de apoio social frágil e não possuem habilidades para vida cotidiana como cozinhar, limpar, administrar finanças, usar transporte público e etc. O despreparo e o desamparo têm consequências negativas normalmente imediatas ao desligamento, como o desemprego, o abandono dos estudos e o envolvimento em comportamentos de risco. Às consequências negativas somam-se a escassez de oportunidades oferecidas a esses jovens, os contextos adversos nos quais vivem e o limitado repertório de estratégias de enfrentamento de adversidades. Como resultado, jovens egressos do acolhimento muitas vezes acabam por traçar uma trajetória de desvantagens e dependência persistentes ao longo dos anos.

Diante deste cenário, não é difícil compreender porque assistentes sociais, educadores, psicólogos e gestores de políticas públicas do mundo todo têm reunido esforços com objetivo de encontrar estratégias eficazes na facilitação do processo de transição para a vida adulta de egressos de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Recentemente, uma rede internacional de pesquisadores publicou um artigo com dez princípios para embasar práticas e políticas que possam promover transições bem sucedidas. Essa lista aponta, entre outros aspectos, a necessidade de oferecer prioridade aos jovens egressos de serviços de acolhimento para acesso a serviços e políticas de bem-estar social, e de garantir-lhes oportunidades de continuidade dos estudos, de conquista gradual da autonomia e de convivência familiar e comunitária. Mas sobretudo, os princípios preconizam a escuta ao jovem e

o respeito ao direito de participação ativa nas decisões que lhe dizem respeito (Harder, Mann-Feder, Oterholm & Refaeli, 2020).

No contexto nacional, dois recentes estudos revelaram o desejo de jovens egressos de serviços de acolhimento e adolescentes prestes a deixar estes serviços de participar ativamente da tomada de decisão sobre seus projetos de vida e sobre as políticas públicas e serviços destinados a este público (Cassarino-Perez, Montserrat & Sarriera, 2020; Instituto Fazendo História, 2020). A escuta dos egressos como parte da avaliação do PNCFC acompanha um movimento que ocorre em diversos países da América Latina, encabeçado pela Red Latinamericana de Egresados del Sistema de Protección, de impulsionar estes jovens na direção de um intercâmbio produtivo e da participação ativa nas políticas e temas que lhes dizem respeito. Nessa direção, o objetivo geral deste estudo foi conhecer a perspectiva dos usuários sobre pontos positivos e negativos de suas vivências em relação às três grandes dimensões que basearam a elaboração do PNCFC (Políticas de Apoio à Família e Prevenção do Afastamento do Convívio Familiar; Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e Implementação de Novas Modalidades de Acolhimento - Famílias Acolhedoras e Repúblicas; e Adoção Centrada no Superior Interesse da Criança e do Adolescente) com a finalidade de contribuir para a avaliação do mesmo.

02. Método

2.1. Participantes

Participaram 27 jovens egressos de serviços de acolhimento brasileiros, com idades entre 18 e 31 anos, onze deles mulheres e dezesseis homens. Os critérios de seleção foram: (1) ter mais de 18 anos; (2) ter vivido no mínimo 12 meses em um serviço de acolhimento; e (3) ter deixado o serviço com 10 anos ou mais. A amostra foi selecionada por conveniência, a partir de indicações de contatos dos pesquisadores.

A duração do acolhimento dos participantes variou entre um e dezesseis anos, sendo que 24 deles passaram dois ou mais anos em serviços de acolhimento. Foram ouvidos jovens de todas as macrorregiões brasileiras, com ligeiro predomínio de participantes da região Sudeste. Em relação à modalidade de acolhimento, a maioria dos jovens viveu em serviços de acolhimento institucional – abrigo institucional ou casa-lar – e apenas três tiveram passagens por famílias acolhedoras. Os motivos para a saída do acolhimento incluíram: ter completado 18 anos (maioridade), ter sido adotado (adoção) e ter retornado à família de origem antes da maioridade (reintegração). A Tabela 1 resume estas e outras informações sociodemográficas dos participantes.

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos jovens

Jovem	Gênero	Idade	Tempo de acolhimento (anos)	Motivo da saída	Estado	Escolaridade	Ocupação
Apus	M	31	10	Maioridade	São Paulo	Superior Incompleto	Educador
Azaleia	F	18	10	Maioridade	Goiás	Ensino Médio Incompleto	Estudante
Camélia	F	18	3	Maioridade	São Paulo	Ensino Médio Completo	Desempregada
Castor	M	22	1	Reintegração	São Paulo	Ensino Médio Incompleto	Ajudante de obra
Cetus	M	21	4	Maioridade	São Paulo	Ensino Médio Completo	Desempregado
Dorado	M	19	8	Maioridade	Minas Gerais	Ensino Médio Completo	Auxiliar adminis-trativo
Gérbera	F	19	2	Reintegração	Goiás	Ensino Médio Completo	Desempregada
Grus	M	23	2	Reintegração	Paraná	Ensino Médio Incompleto	Recepcionista
Hortênsia	F	20	10	Maioridade	Rio Grande do Sul	Ensino Médio Completo	Vendedora de loja
Íris	F	30	10	Maioridade	São Paulo	Pós-Graduação	Professora
Jasmin	F	25	13	Maioridade	Amazonas	Ensino Médio Completo	Desempregada
Lepus	M	20	2	Reintegração	Ceará	Ensino Médio Incompleto	Auxiliar administrativo
Lynx	M	22	6	Adoção	Pernambuco	Ensino Médio Completo	Asistente técnico
Magnólia	F	24	4	Reintegração	Piauí	Ensino Fund. Incompleto	Desempregada
Margarida	F	20	16	Maioridade	Maranhão	Ensino Fund. Completo	Desempregada
Musca	M	20	5	Maioridade	Paraíba	Ensino Médio Incompleto	Visitador Social
Orion	M	20	16	Maioridade	Paraná	Ensino Médio Incompleto	Desempregado
Pegasus	M	20	5	Adoção	Tocatins	Ensino Médio Incompleto	Auxiliar administrativo
Peônia	F	20	1	Reintegração	Pará	Ensino Médio Incompleto	Estudante
Pictor	M	19	7	Reintegração	Ceará	Ensino Médio Completo	Recepcionista
Rigel	M	24	8	Maioridade	Santa Catarina	Ensino Médio Incompleto	Pintor
Rosa	F	24	4	Maioridade	Distrito Federal	Ensino Médio Completo	Garçonete
Serpens	M	23	12	Adoção	Minas Gerais	Superior Incompleto	Desempregado
Sirius	M	20	9	Maioridade	Rio Grande do Sul	Ensino Médio Completo	Motorista do Uber
Taurus	M	20	5	Maioridade	São Paulo	Ensino Médio Completo	Auxiliar administrativo
Tulipa	F	18	1	Reintegração	Pará	Ensino Médio Incompleto	Estudante
Volans	M	19	3	Adoção	São Paulo	Ensino Médio Completo	Atendente

Nota. Os jovens estão identificados por pseudônimos para garantia da confidencialidade.

2.2. Instrumentos

2.2.1. Grupos Focais

A técnica do grupo focal é utilizada em pesquisa qualitativa para apreender opiniões, motivações, atitudes e pensamentos por meio de uma discussão planejada em torno de um determinado tema, em um ambiente permissivo e acolhedor (Krueger & Casey, 2015). Pelo seu formato, esta técnica oferece a oportunidade de observar várias interações em um período de tempo limitado, privilegiando a dimensão social da compreensão do fenômeno (Guareschi, Rocha, Moreira & Boeckel, 2010).

Foram realizados três grupos focais. O primeiro com sete, o segundo com nove e o terceiro também com sete participantes. A distribuição dos participantes nos diferentes grupos obedeceu o critério de disponibilidade dos jovens nos dias e horários agendados pela equipe de pesquisa. Os jovens que participaram dos grupos focais foram desligados do acolhimento por motivo de maioridade ou por reintegração familiar.

Os roteiros norteadores dos grupos focais foram elaborados especificamente para este estudo com base: (1) nos resultados de pesquisas nacionais e internacionais com egressos do sistema de proteção, e (2) nas dimensões que basearam a elaboração do PNCFC (Políticas de Apoio à Família e Prevenção do Afastamento do Convívio Familiar; Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e Implementação de Novas Modalidades de Acolhimento; e Adoção Centrada no Superior Interesse da Criança e do Adolescente).

2.2.2. Entrevistas

O uso de grupos focais em pesquisa qualitativa não descarta a possibilidade de utilização de outros instrumentos (Roso, 1997). Por isso, nesta pesquisa, a entrevista individual em profundidade também foi utilizada, como alternativa para a escuta de jovens cuja participação em grupos focais não foi possível. As entrevistas foram orientadas pelo mesmo roteiro semiestruturado elaborado para os grupos focais. O motivo do desligamento dos participantes das entrevistas foi a colocação em família substituta (adoção).

2.3. Procedimentos

Para acessar os participantes deste estudo foram mobilizados atores chave nas áreas de acolhimento institucional, acolhimento familiar e adoção, que participam do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária. Estas pessoas indicaram jovens egressos de suas redes de contatos que atendiam aos critérios para a inclusão no estudo, nas cinco macrorregiões do país. Aqueles jovens que demonstraram interesse em participar do estudo e concordaram em fornecer seu e-mail e número de telefone, foram então contatados pelos pesquisadores e formalmente convidados a participar. Neste contato inicial os jovens foram informados sobre o objetivo da pesquisa, a voluntariedade da participação, o sigilo das informações e a possibilidade de desistência a qualquer momento. Também foram orientados sobre os procedimentos e funcionamento da coleta de dados. Ainda neste primeiro contato combinou-se dia e horário para participação na pesquisa e coletaram-se os dados sociodemográficos descritos na seção anterior.

No total, os pesquisadores receberam 51 indicações de jovens egressos, de quinze estados brasileiros (Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins) e do Distrito Federal. Três dos jovens indicados não puderam ser acessados por meio dos contatos obtidos. Dez jovens demonstraram interesse em participar, porém não tinham disponibilidade nos dias e horários oferecidos para os grupos focais ou entrevistas. No total, 38 jovens contatados concordaram em participar e confirmaram presença em um grupo focal ou entrevista, porém, apenas 27 compareceram nos dias e horários agendados.

A realização da coleta de dados se deu de forma remota, por meio de plataforma utilizada como ferramenta para a realização de videoconferências. Este formato se impôs pela necessidade de distanciamento social em decorrência da pandemia do vírus SARS-CoV-2 e também pela intenção de acessar e reunir jovens de diferentes estados brasileiros. Cada grupo focal teve a duração aproximada de duas horas e foi conduzido por uma dupla de pesquisadores, um na função de mediador e outro de observador. Os grupos ocorreram fora do horário comercial, em dias de semana (após as 18h30min) ou aos sábados pela manhã. No início de cada encontro os pes-

quisadores retomaram o objetivo da pesquisa, pediram autorização para gravação e relembraram as informações sobre sigilo e voluntariedade da participação. Os jovens também foram orientados a permanecer em ambiente silencioso e sem a presença de outras pessoas que pudessem ouvir e/ou interferir no grupo focal.

O projeto deste estudo previa reunir os jovens com história de adoção num mesmo grupo focal, pela compreensão de que os temas e vivências dos jovens poderiam diferir segundo o motivo do desligamento. Todavia, na fase de contatos com potenciais participantes, houve maior dificuldade em acessar jovens com história de adoção. Foram apenas setes indicações de jovens com esse perfil, dentre os quais quatro demonstraram interesse e disponibilidade em participar. Como o número não justificaria a realização de um grupo focal, estes participantes foram ouvidos por meio de entrevistas individuais.

As entrevistas também ocorreram de forma remota, por meio de plataforma específica com ferramenta para videoconferência, foram conduzidas por um único pesquisador e agendadas conforme disponibilidade dos participantes. No início de cada entrevista repetiu-se o mesmo procedimento dos grupos focais com informações sobre sigilo e voluntariedade da participação e solicitação de autorização para gravação. A duração das entrevistas variou entre 30 e 75 minutos.

2.4. Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos à análise temática, com auxílio do software *NVivo,* seguindo os seis passos descritos por Braun e Clarke (2006). Após a transcrição das entrevistas e grupos focais, a análise teve início com a leitura exaustiva do material transcrito, obedecendo à primeira etapa de familiarização com os dados. Na segunda etapa trechos das entrevistas que se relacionavam ao objetivo do estudo foram selecionados a fim de gerar códigos iniciais. Na terceira etapa iniciou-se a busca por categorias, combinando os diferentes códigos de acordo com suas semelhanças. Na quarta etapa, revisaram-se as combinações dos códigos a fim de garantir a homogeneidade interna e a heterogeneidade externa de cada categoria (Patton, 1990). Com os temas definidos refinaram-se também as subcategorias. A quinta etapa envolveu

nomear as categorias e subcategorias identificando a essência de cada uma e a relação das mesmas com o todo. Como resultado, uma lista foi criada com as categorias, subcategorias e exemplos representativos. Em posse dessa lista final, prosseguiu-se à sexta etapa, de redação dos resultados. As etapas um a quatro foram conduzidas pela pesquisadora principal. Ao final da quarta etapa outras duas pesquisadoras revisaram as categorias e subcategorias e sua relação com o objetivo do estudo. As divergências foram discutidas e resolvidas por consenso, procedendo-se à listagem final.

03. Resultados

Os resultados obtidos neste estudo extrapolam o escopo da avaliação do PNCFC, revelando sentimentos, opiniões, visões de mundo e anseios dos jovens entrevistados. A apresentação dos resultados tem como base as três dimensões que orientaram a metodologia do estudo, sem deixar de incluir outros aspectos, que embora extrapolem estas dimensões, podem contribuir para a atualização do PNCFC e para a proposição de novas ações a serem desenvolvidas a partir deste momento.

As Figuras 1, 2 e 3, localizadas no início de cada sessão de resultados, apresentam uma visão geral das categorias e subcategorias resultantes da análise temática realizada a partir do conteúdo dos grupos focais e entrevistas. Dentro do primeiro eixo temático *"Políticas de apoio à família e prevenção do afastamento do convívio familiar"* estão as categorias: *Entrada nos serviços; Reintegração familiar; Contatos e visitas familiares* e *Acompanhamento sócio familiar*. No segundo eixo temático *"Reordenamento dos serviços de acolhimento e implementação de novas modalidades"* estão as categorias: *Acolhimento institucional; Acolhimento familiar* e *Vida autônoma*. Por fim, são parte do terceiro eixo temático *"Adoção centrada no superior interesse da criança e do adolescente"* as categorias: *Preparação e processos para adoção; Circulação de crianças; Adoção tardia; Adoção malsucedida* e *Vínculos com família de origem*.

3.1. Eixo 1: Políticas de apoio à família e prevenção do afastamento do convívio familiar

3.1.1. Entrada nos serviços

Para grande parte dos jovens entrevistados a entrada nos serviços de acolhimento se deu de forma abrupta e sem que eles estivessem cientes das razões do afastamento, nem dos procedimentos a serem adotados a partir

da retirada deles de suas famílias. Foram comuns relatos de surpresa com a concretização do afastamento e de desconhecimento sobre para onde seriam encaminhados: *"Entrei em um abrigo com 13 anos de idade, mentiram pra mim falando que eu ia passar só uma semana no abrigo (...) Depois de um mês eu soube que eles, o assistente social que me levaram pro abrigo, mentiram pra mim e eu ia ficar em um abrigo até a juíza determinar se eu ia voltaria pra minha família ou não. Fiquei muito triste, chorei muito, passei a ter ódio, passei a não acreditar em mais ninguém"* (Magnólia, Teresina, 24 anos).

Muitos dos jovens não souberam informar a respeito do trabalho de prevenção do afastamento do convívio familiar e de fortalecimento de suas famílias que deveria ocorrer antes do acolhimento. O primeiro contato com muitas das famílias se deu quando a situação já se encontrava "crítica": *"Não, não teve [trabalho preventivo]. (...) Aí eles chegaram lá em casa, conversaram com a minha mãe, conversaram comigo, e pegaram minhas coisas, e já me levaram pro abrigo. Entendeu? Eles chegaram lá e já me levaram"* (Tulipa, Pará, 18 anos). Nos poucos casos em que os jovens recordam que o trabalho preventivo aconteceu, este parece ter se dado tardiamente: *"Eles tentaram né, com psicólogas, aí já tava envolvido Fórum, Ministério Público (...) então toda equipe entrou e fizeram um acompanhamento, mas era tarde, teve um momento que chegou um momento crítico, eu tive que ser acolhida"* (Peônia, Pará, 20 anos).

Figura 1. Categorias e subcategorias do eixo temático 1

A entrada nos serviços ainda representou para alguns jovens a ruptura de laços com os irmãos, que foram encaminhados para adoção ou direcionados a instituições diferentes por não serem do mesmo sexo: *"... separaram eu e meus irmãos na época, éramos cinco irmãos, comigo era seis. Separaram a gente, eu tenho duas irmãs que foram adotadas e eu não vejo há dez anos, tem uma que ainda está em um abrigo e tem os outros que já ficaram mais velhos então já saíram do acolhimento"* (Dorado, Minas Gerais, 19 anos). Outros jovens, no entanto, notaram a preocupação das equipes com a preservação de vínculos entre irmãos, e relataram que permaneceram junto a eles durante o acolhimento: *"Daí eu e minha irmã fomos pra uma casa de menino e menina, pra não separar, eles prezam por isso, não separar os vínculos"* (Musca, Paraíba, 20 anos).

3.1.2. Contatos e visitas familiares

Quando questionados sobre o contato estabelecido com as famílias de origem durante o período de acolhimento, muitos dos jovens afirmaram que não recebiam visitas, tampouco visitavam seus familiares. Alguns referiram que as visitas aconteciam esporadicamente, tendo diminuído a frequência com o passar do tempo. Outros revelaram que o contato se manteve durante todo o período de acolhimento e, nestes casos, o trabalho dos serviços se estendeu aos membros da família: *"... então eu não tive um afastamento da minha família, ao contrário sempre minha família vinha, visitava. (...) e hoje assim minha vó que eu chamo de mãe, ela agradece muito a eles pelo fato de eu ter me tornado essa mulher que eu sou hoje entendeu?"* (Jasmin, Amazonas, 25 anos).

Embora muitos jovens tenham enfatizado que não tinham vontade de retornar para suas famílias depois que foram acolhidos, a falta de contato com os familiares era bastante sentida. Especialmente em datas comemorativas e períodos de férias, sentimentos de abandono e solidão eram comuns: *"... eu me sentia muito só dentro do abrigo, uma visita faz muita falta, faz muita diferença e eu me sentia só. Eu via aquilo lá acontecendo e eu não tinha ninguém pra poder conversar pra falar o que estava passando, então era muito difícil"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

3.1.3. Acompanhamento sócio familiar

Assim como identificaram falhas nas estratégias preventivas ao afastamento familiar, os jovens foram bastante críticos em relação ao acompanhamento feito pelo sistema de proteção às famílias durante o período em que estiveram acolhidos. Muitos denunciaram a ausência desse suporte. Alguns acreditam que reside nesse quesito a principal falha do poder público e das instituições, e enfatizam a necessidade urgente de maior investimento no acompanhamento sócio familiar: *"Mas o esforço tem que ter da parte do Estado. Não quer dizer que vai dar certo sabe? Mas o Estado tem que demonstrar essa força. Porque se o Estado demonstra fraqueza, a família também vai demonstrar fraqueza, porque ela já está fraca"* (Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

Foram diversos os relatos sobre consequências de quando o acompanhamento sócio familiar não acontece: *"... se tivesse sido procurado logo no começo que eu fui abrigado entende? Poderia ser diferente, poderia ser que meu pai corresse atrás e que quisesse ficar comigo, poderia ser que iria ser um cenário diferente, mas demorou muito pra isso acontecer"* (Lynx, Pernambuco, 20 anos). Um jovem que teve a experiência de viver em quatro diferentes serviços de acolhimento pôde constatar claramente a relevância do trabalho das equipes com as famílias, a partir de uma experiência positiva: *"A diferença que a [nome da instituição] tem é essa. O suporte que o agente visitador dá para as famílias, nem que seja pra orientar a ir no posto de saúde, pra arrumar um emprego, pra ajudar com escola, mesmo das crianças que já saíram"* (Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

3.1.4. Reintegração familiar

Ao se referirem ao convívio com os familiares de origem, muitos jovens relataram experiências de reintegrações. Diversas delas não foram bem sucedidas, com necessidade de retorno aos serviços de acolhimento ou busca de alternativas em outros contextos, quando a reintegração ocorreu muito próxima à maioridade. Nestes casos alguns jovens foram viver com amigos, outros sozinhos e um dos entrevistados optou por se alistar no serviço militar.

Os jovens acreditam que a falta de acompanhamento da criança ou do adolescente e sua família está na raiz das falhas e dificuldades nos casos de retorno ao convívio com a família de origem. Poucos relataram experiências bem sucedidas de *reintegração, e quando elas aconteceram estiveram sempre atreladas ao trabalho com a família: "Até hoje, desde o começo, que eu saí do [nome da instituição] já faz uns oito anos, e até hoje eles ligam pra mim, vêm na minha casa, vê como é que eu tô, vê como tá o vínculo com o familiar ali dentro da casa. (...) Então a preocupação deles não é só se eu estou com a minha família, se eu tenho um teto ou se eu tenho alimento, a preocupação deles é comigo no momento e com o meu futuro daqui pra frente"*. (Lepus, Ceará, 20 anos).

Na opinião da maioria dos jovens, são comuns as reintegrações feitas de forma arbitrária, sem o estudo psicossocial e muitas vezes sem a escuta e consentimento da criança ou adolescente: *"... eu não tive escuta, porque eu não queria voltar pro seio da minha família, pra minha casa. A assistente social do serviço simplesmente chamou a minha mãe e pediu pra ela assinar um termo, minha mãe assinou e me levou embora, e eu não queria ir. Daí eu fiquei em casa mais três meses e acabei voltando pra rua"* (Apus, São Paulo, 31 anos). Alguns jovens expressaram a convicção de que, com frequência, a busca pela restauração dos vínculos familiares é forçada: *"... a equipe de assistentes sociais eles ficam tão desesperados, centrados em remandar a criança ou adolescente pra família, que eles acabam fechando os olhos pra outras coisas. Eles ficam focados muito em recriar laços entre os adolescentes e os parentes e eles acabam não vendo o que tá em volta"* (Volans, São Paulo, 19 anos).

3.2. Eixo 2: Reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e implementação de novas modalidades de acolhimento

3.2.1. Acolhimento Institucional

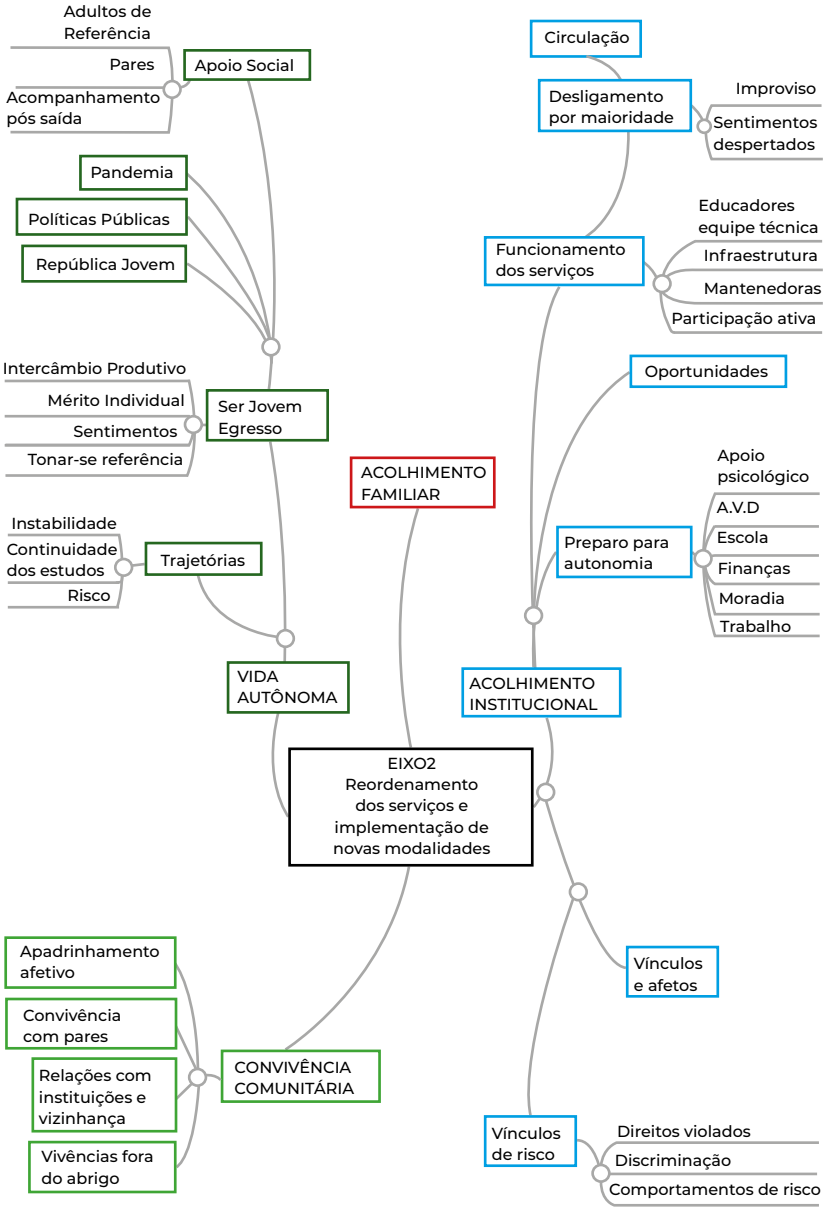
Esta categoria contém grande parte dos relatos dos jovens que foram entrevistados. Muito foi dito sobre as experiências no período de institucionalização. Todos eles tiveram, pelo menos, uma passagem por abrigos institucionais ou casas-lares, mesmo os que viveram em famílias acolhedoras. A riqueza de informações obtidas nesta categoria é fruto da diversidade

dos participantes, com idades, níveis de escolaridade e gêneros diferentes, e provenientes dos mais variados contextos do país. Dentro de um mesmo grupo focal, e as vezes vindas de um mesmo jovem, as experiências nas instituições variaram das mais positivas e gratificantes, às extremamente difíceis e traumáticas. A seguir elas estão descritas, organizadas em sete subcategorias.

3.2.1.1. Circulação

Durante os grupos focais e entrevistas, uma característica comum à maioria dos jovens tornou-se bastante evidente: a intensa circulação entre os diferentes serviços de acolhimento. Ao relatarem suas histórias de vida, os entrevistados contaram com naturalidade terem passado por dois, três, quatro ou mais abrigos e/ou casas-lares: *"Eu fui abrigado aos 12 anos, passei em cinco abrigos em Recife e mais um lá em Igaraçu, uma cidade metropolitana"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

Figura 2. Categorias e subcategorias do eixo temático 2



Muitas das vezes essa circulação foi justificada pelos jovens como fato de as instituições atenderem faixas etárias ou perfis específicos. Outra causa atribuída à intensa circulação foram as tentativas de reintegração familiar. Quando estas não eram bem sucedidas, e um novo acolhimento era necessário, nem sempre os jovens voltaram ao mesmo serviço onde já moravam. Os relatos não vieram acompanhados de críticas, é como se a circulação fosse inevitável. No entanto, quando questionados sobre as trocas, os jovens as identificaram como nocivas: *"Porque eu passei por três abrigos, então, eu acho que eu tenho um pouquinho de autonomia pra falar um pouco disso, esse trem que você vai, que você volta, era melhor eu ter entrado em um e ter ficado de uma vez"* (Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

3.2.1.2. Desligamento por maioridade

Dos 27 jovens que participaram deste estudo, 15 saíram dos serviços por terem completado 18 anos. O momento do desligamento e a forma como ele ocorreu para estes jovens foi assunto de diversos relatos. Estas vivências puderam ser divididas em dois temas: improviso e sentimentos despertados pelo desligamento. O termo "improviso" foi escolhido pela ênfase dada aos jovens nas rupturas ocorridas neste tipo de desligamento, que embora estivesse previsto, muitas vezes não foi planejado: *"... o acolhimento tem o prazo de seis meses pra fazer a retirada dele pelo que eu sei, só que nos acolhimentos que eu já passei não é assim que funciona, fez 18 anos vai pra rua e se vira"* (Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

Para outros jovens o desligamento esteve acompanhado de apoio e planejamento, porém não deixou de ser um período difícil, permeado por sentimentos desencontrados e difíceis de lidar: *"... quando começou berar o tempo deu sair, eu não queria sair, mas ao mesmo tempo queria sair (...) ah o certo do abrigo é até 18 anos, e eu falava 'eu vou ficar aqui até os 24'. Não, não podia porque tinha as crianças, os adolescentes..."* (Cetus, São Paulo, 21 anos). Os dias e semanas após o desligamento também foram descritos como muito difíceis: *"Daí nos primeiros dias eu fiquei sozinha, nossa... Nossa eu tava muito mal, eu falava 'tia eu quero voltar!'"* (Camélia, São Paulo, 18 anos).

3.2.1.3. Funcionamento dos serviços

Os relatos referentes ao funcionamento dos serviços foram divididos em quatro temas: *infraestrutura, mantenedoras, educadores e equipe técnica e participação ativa*. Em relação à infraestrutura dos abrigos e casas-lares, chama atenção a disparidade dos relatos. Houve participantes que descreveram serviços com excelentes comodidades e infraestrutura: *"... eu me encantei pelo espaço e me convidaram para mim ir, aí eu aceitei, aí em 2009 eu aceitei ir. Cheguei lá tipo (...) um sítio enorme com piscina, campo de futebol, refeitório..."* (Pictor, Ceará, 19 anos). De outro lado, relatos de condições extremamente precárias e insalubres: *"O último abrigo que eu passei os banheiros eram nojentos, fedia. O quarto tinha goteira (...) faltava coisas de limpeza, as coisas eram feias, pouco colchão, uns tinham que dormir no chão porque não tinha cama suficiente pra adolescente que entrava lá. A segurança era pouca. T.V. só tinha uma no abrigo e ainda nem prestava direito"*. (Jasmin, Amazonas, 24 anos).

Outro aspecto levantado relacionado à infraestrutura foi um número expressivo de instituições com mais de 20 crianças e/ou adolescentes. Não foram atípicos os relatos de abrigos com mais de 30, 50 e até 80 acolhidos: *"E eu acho assim, um abrigo que tem uma quantidade muito grande de crianças sempre vai acontecer alguma coisa ruim, porque não é possível, em uma casa com quatro crianças você já fica louco, imagina 37 crianças e adolescentes juntos!"* (Serpens, Minas Gerais, 23 anos). Além do alto número de acolhidos, a relação cuidador/criança ou cuidador/adolescente também foi apontada por muitos jovens como desproporcional, ocasionando excesso de demanda de trabalho a estes profissionais.

Diversas críticas foram feitas ao trabalho dos educadores, diretores e membros das equipes técnicas. Algumas delas frutos, segundo os próprios jovens, da exaustão pela excessiva demanda de trabalho, mas outras tantas atribuídas à falta de preparo dos profissionais: *"Uma ideia pra melhorias é profissionais capacitados, pois apenas o ensino médio completo pra atuar fica bastante vago"* (Apus, São Paulo, 31 anos). Para aqueles jovens que tiveram boas experiências com seus cuidadores durante o acolhimento, o segredo está na motivação desses trabalhadores*: "A tia [nome] que é a diretora né, e as cuidadoras que cuidavam da gente, todas eram muito dispostas e exerciam um papel materno realmente, estavam ali por*

amor. (...) é que as pessoas estão ali, mas às vezes o coração não está, faz com maldade e tal. E as nossas em específico, eram pessoas muito boas que estavam ali de coração mesmo, tinham se doado." (Pegasus, Tocantins, 20 anos).

Os participantes fizeram uma diferenciação muito clara entre os serviços, baseados nas instituições que mantinham esses abrigos ou casas-lares. Muitos puderam vivenciar essas diferenças, já que moraram em mais de um serviço de acolhimento: *"Então tem abrigos ruins aqui em São Paulo? Tem, mas também tem alguns bons. E muda dependendo do que o presidente, o mantenedor do abrigo quer né? Se tá ali pra fazer um serviço legal ele vai empurrar os adolescentes pra frente"* (Íris, São Paulo, 30 anos). Uma separação mais evidente ainda foi feita entre as instituições públicas e as mantidas por organizações não governamentais: *"Eu acho que eles [adolescentes] também deveriam ser mais ouvidos dentro do acolhimento. Eu tive sorte de ter ido pra um abrigo particular, porque não era da Prefeitura, do Estado nem nada. Era de uma ONG particular. (...) Então eu já tive amigos que eram dos abrigos do Estado e da Prefeitura e era totalmente diferente. Então eu acho que os jovens sim deveriam ter um pouco mais de voz lá dentro"* (Volans, São Paulo, 19 anos).

A participação ativa, ser ouvido e ter sua opinião considerada, foi outro tema relevante de debate entre os jovens. A possibilidade ou impossibilidade de participar ativamente durante o acolhimento teve muita relação com o formato dos serviços e os profissionais trabalhando neles: *"Eles sempre me deram muita liberdade de falar o que eu queria. Sempre eu tive esse apoio tão grande que eu tive a oportunidade de ser adotada com 12 anos e eu não quis ir. Porque muita gente, assim, muitas crianças, tem o sonho de ser adotado, eu me senti tão confiante de ficar que eu não quis ir. (...) Daí eles sempre me deram todo apoio do mundo"* (Hortênsia, Rio Grande do Sul, 20 anos). Embora alguns tenham sido ouvidos, muitos acreditam que suas opiniões deveriam ter sido consideradas, especialmente em assuntos relacionados à conquista gradual da autonomia e processos de reintegração familiar e adoção: *"Eu acho que falta a questão do respeitar a opinião da criança e do adolescente. Porque muitas vezes é mais levada em consideração a opinião de terceiros. Muitas vezes eu sei que a criança não sabe o que é bom pra vida, isso é óbvio, mas quan-*

do se trata de adoção, eu em específico, sempre tive certeza do que eu queria". (Pegasus, Tocatins, 20 anos).

Outro aspecto salientado foi a falta de informação sobre direitos e sobre procedimentos e fluxos nos processos de acolhimento. Os participantes relataram desconhecimento (à época do acolhimento) sobre direitos como à convivência comunitária, sobre dispositivos como o Plano Individual de Atendimento (PIA), e sobre serviços relacionados à capacitação e inserção no mercado de trabalho. Nesse mesmo sentido, alguns jovens criticaram ainda a falta de visibilidade e protagonismo como adolescente acolhido: *"Outra questão é a da visibilidade, a visibilidade é muito importante, então, a gente deve pensar na evolução que o pessoal mais burocrático que tem que fazer, que lutar pra fazer acontecer e pensar do lado deles também que estão dentro dos abrigos pois é muito difícil viver em abrigo"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

3.2.1.4. Oportunidades

Ao contarem sobre suas trajetórias nos serviços de acolhimento, os jovens enfatizaram as oportunidades que tiveram por estarem acolhidos. É interessante, pois mesmo aqueles que apontaram diversas dificuldades, tristezas e rupturas daquele período, ainda assim referem que se sentiam mais protegidos e bem cuidados nos abrigos e casas-lares do que nas famílias de origem: *"(...) teve muitos momentos assim, que eu dizia isso aqui é um saco, isso aqui não é pra mim, eu queria estar com a minha família. Mas daí a gente começava a colocar na balança aquela questão assim, a minha família ou aqui, qual que é melhor? Eu preferia tá ali"* (Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos).

Sobre as oportunidades que os jovens entendem que o acolhimento proporcionou, foram citadas especialmente àquelas relacionadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. Alguns jovens conheceram habilidades e interesses através de cursos que fizeram enquanto estavam acolhidos e que acabaram se tornando suas profissões. Outras oportunidades citadas estiveram relacionadas ao suprimento de necessidades básicas de alimentação, vestuário e outros bens materiais, bem como aspectos relacionados à formação do caráter, disciplina e organização: *"Fiz curso, meu primeiro emprego foi através de lá, tive ensinamento*

disciplinar, assim dos horários e tudo que eu passei lá hoje eu vivo na minha vida, entendeu?" (Jasmin, Amazonas, 25 anos).

3.2.1.5. Preparo para autonomia

A preparação gradativa para a saída dos serviços de acolhimento, visando a conquista da autonomia, foi certamente um dos temas mais abordados pelos jovens. Mesmo aqueles que saíram dos serviços antes de completar os 18 anos, trouxeram inúmeras contribuições no que se refere a experiências positivas e possibilidades de melhorias em relação ao preparo para a adultez. De forma geral, os jovens acreditam que não foram bem preparados para os múltiplos fatores e tarefas envolvidas na vida adulta: *"Assim, não foi trabalhado quase nada em relação à saída. Muita coisa eu tive que aprender na marra e também no medo né, de eu vou fazer 18 anos como é que eu vou me virar lá fora, né?"* (Taurus, São Paulo, 20 anos).

Diante da complexidade de assuntos que os jovens trouxeram envolvendo a preparação para saída, optou-se por dividir esta categoria nos seguintes temas: *trabalho; escola; finanças; moradia; apoio psicológico; e atividades de vida diária*. Nas falas dos entrevistados tornou-se evidente que o tema do trabalho é central para os serviços de acolhimento. A preocupação com a inserção no mercado de trabalho e com a capacitação profissional esteve no foco do processo de preparação dos jovens. Todos referiram terem conquistado seus primeiros empregos antes do desligamento: *"... eles me ofereceram curso, eu fiz o curso, eu comecei a trabalhar, e hoje eu trabalho, eu fui jovem aprendiz através do [nome do serviço]. E quando eu saí, eu fui efetivado"* (Pictor, Ceará, 19 anos).

Embora à maioria dos jovens tenha se oferecido a oportunidade de capacitação e inserção no mercado de trabalho, a falta de acompanhamento neste tema e/ou imposição de um curso ou vaga de emprego interferiram na motivação e interesse com a vida profissional. Alguns jovens relataram que assim que foram desligados perderam o emprego que haviam conquistado quando acolhidos. Um deles relatou a forma descompromissada com que o tema era tratado no serviço onde morava: *"... me deram um caderninho e disseram 'escolhe um curso aí que você quer', pô eu tinha 16 anos na época, tinha acabado de sair da criminalidade, não sabia nem o que era curso. Beleza, fiz o curso*

de mecânico, só que o acolhimento não quis fazer nada diante disso. No acolhimento pela lei eu tenho que ser acompanhado nesses assuntos, mas não, eles não tiveram uma preparação em relação a isso" (Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

Uma das dificuldades para conquistar vagas de emprego esteve atrelada à baixa escolaridade destes jovens, pois muitos sequer haviam completado o Ensino Médio quando deixaram os serviços. No que se refere à escola, os discursos revelaram dois aspectos aparentemente antagônicos. Por um lado, muitos jovens afirmaram que o acolhimento ofereceu a oportunidade de se dedicarem mais aos estudos: *"... quando eu tava com a minha mãe, eu ia pra escola uma semana no mês, ficava sem ir na escola. Então se eu não tivesse num abrigo, eu acho que eu não saberia nem ler. Eu ia ser um analfabeto"*. (Serpens, Minas Gerais, 23 anos). De outro lado apontaram que não existia uma preocupação legítima com o aprendizado: *"A questão do estudo deveria ser bem melhor nos abrigos (...) eu ia pra escola e participava das coisas que tinham na escola, mas não tinha um acompanhamento. Chegava em casa não tinha alguém pra te cobrar o que você aprendeu, qual que era o dever de casa que tinha pra fazer"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

Junto aos temas do trabalho e escolaridade, outro aspecto ao qual os serviços comumente destinaram maior atenção foi a moradia. Geralmente nos meses que antecederam a saída, as opções existentes para cada adolescente foram exploradas. Para muitos, morar em uma República não foi uma opção, já que esta modalidade ainda é pouco presente nos municípios do país. Como para a maioria o retorno familiar também não foi uma opção, os discursos revelaram esforços individuais das equipes e adultos de referência na busca por opções viáveis de moradia após o desligamento: *"E aí, os próprios funcionários, os gerentes do serviço, os educadores, como ia sair eu e mais três (...) Eles decidiram que iam alugar uma casa, eu seria o primeiro a sair, eles iriam alugar uma casa, mobiliar, e ajudar a gente nos primeiros três meses"* (Apus, São Paulo, 31 anos).

O auxílio aluguel foi citado por alguns jovens como benefício que os serviços buscaram para auxiliar no custeio da moradia nos primeiros meses fora do acolhimento. No entanto, muitos não sabiam da existência deste e outros benefícios ou tomaram conhecimento após o desligamento.

Houve casos em que, por orientação dos serviços, os jovens economizaram parte de seus salários enquanto ainda estavam acolhidos e com essa reserva puderam alugar um espaço com maior tranquilidade. Esta prática de preparo para saída foi apontada como benéfica, não somente por poderem contar com o dinheiro quando precisaram, mas também pelo aprendizado em administrar as próprias finanças.

O manejo do dinheiro e a prática de tarefas de vida diária (limpar a casa, lavar roupas, cozinhar, usar transporte público, etc.) foram atividades que os jovens pouco exercitaram quando estavam acolhidos. Nas rotinas dos serviços, especialmente dos abrigos, não havia espaço para praticar essas atividades. De acordo com os jovens, tudo se oferecia pronto, e isso fez com que muitos não tivessem noção do que enfrentariam ao serem desligados: *"... acho que ele [o adolescente] precisa ser preparado pra saber como é o mundo lá fora. Porque dentro do abrigo a gente pode fazer 'n' coisas porque tem o pessoal lá que vai fazer pra gente (...) porque eu tinha pessoas que limpavam meu quarto, que faziam minha comida. E aqui fora, quem iria fazer isso pra mim?"* (Volans, São Paulo, 19 anos).

Existiu muita clareza no discurso dos jovens sobre a ineficácia da preparação para a conquista da autonomia, quando esta não está atrelada a um acompanhamento psicossocial. Dois jovens, de forma diferente da maioria, disseram terem sido muito bem preparados e amparados nos seus processos de desligamento por maioridade. Um deles explicou como esse processo se dá na instituição onde esteve acolhido por seis anos: *"... eles dão toda uma estrutura né, a parte psicológica isso tudo que conta bastante né, nessa saída ainda mais com 18 anos. Então tipo assim, a preparação psicológica é muito importante, né?! Eu tive uma boa psicóloga e uma boa assistente social e tive uma boa estrutura no [nome do abrigo] e um ótimo acompanhamento pra mim sair"* (Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos). Das conversas constantes com psicóloga e assistente social, citadas por estes jovens, surgiam os planos para busca por emprego (a partir dos interesses deles próprios), orientação de manejo do dinheiro conquistado, exercícios de tarefas de vida diária, etc.

3.2.1.6. Vínculos e afetos

Os fortes vínculos formados dentro dos serviços de acolhimento foram muitas vezes citados pelos jovens. Para a maioria, especialmente aqueles que passaram grande parte da infância e adolescência nos serviços, no acolhimento formaram uma nova família: *"Daí é uma criança gritando, uma bagunça aqui, aí discute... É família, é uma família mesmo! Só que é uma família muito grande, com muita gente"* (Camélia, São Paulo, 18 anos).

Os pares, meninos e meninas da mesma idade que viveram com eles nas mesmas instituições, são afetos que perduram e que fizeram falta quando o desligamento ocorreu: *"Pra mim, meus irmãos eram os piá do abrigo. E não poder ter esse laço, depois que eu saí com 18 anos, era muito complicado pra gente. A gente sentia bastante"* (Orion, Paraná, 20 anos). Nos casos em que o acolhimento se deu na modalidade de casa-lar, observa-se que a vinculação com os cuidadores é ainda mais forte, muitas vezes perdurando após a saída do serviço: *"... eu gostava muito do casal né (...) eles sempre me deram todo apoio do mundo. Assim, eu tinha eles como pais mesmo (...) eu vou lá e visito eles, até hoje"* (Hortênsia, Rio Grande do Sul, 20 anos).

3.2.1.7. Vivências de risco

Se por um lado muitos dos jovens apontaram os abrigos e casas-lares como ambientes protegidos e com oportunidades que em outros contextos não teriam, por outro lado denunciaram situações de risco e de violação de seus direitos enfrentadas dentro dos serviços. As vivências de risco no contexto do acolhimento institucional foram divididas em três temas: *comportamentos de risco, discriminação e direitos violados*.

Comportamentos de risco por parte de pares, como uso de substâncias psicoativas, prostituição, e violência física e verbal ocorriam em alguns dos serviços em que os jovens viviam: *"... na casa que eu entrei na época tinha umas meninas que era da barra pesada, que fazia prostituição (...) Tinha uns meninos que insultava, queria bater, queria causar, isso dentro do abrigo, só que elas faziam a prostituição fora, elas evadiam (...) entravam com droga escondido"* (Camélia, São Paulo, 18 anos). A convivência com

adolescentes em conflito com a lei, que estariam cumprindo medida socioeducativa, também foi destacada: *"... eu tive contato direto com esses meninos, que até já cometeram crime de assassinato, no acolhimento. E eles eram muito louco, vamos dizer assim no português brasileiro mesmo, era 'porra loca'"* (Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos).

Situações de violência entre pares tiveram consequências graves em alguns abrigos. Um jovem relatou o fechamento do serviço onde morava após o que ele descreveu como uma "rebelião" que culminou na intervenção da Guarda Municipal. De acordo com este jovem, os adolescentes acolhidos não aceitavam se submeter às normas e obedecer aos educadores. Outra situação ainda mais alarmante foi descrita por outro jovem, um adolescente acolhido teria sido morto por pares dentro das instalações do serviço de acolhimento em que ele morava.

Além destas, diversas outras graves violações de direitos foram relatadas durante as entrevistas e grupos focais. Situações como, por exemplo, a obrigatoriedade de realizar trabalhos braçais e a manipulação por parte de educadores que orientavam adolescentes a realizarem acusações falsas contra seus pares para que estes fossem transferidos de unidade. Uma jovem relatou também que no seu desligamento, próximo ao seu aniversário de 18 anos, foi "mandada" para a casa de um casal para trabalhar para eles: *"... o casal morava lá na avenida principal num lugar chique, e eu morava lá pro fim do mundo. Aí eu só chorava, chorava, chorava. (...) Aí eles pediu pra eu trabalhar vendendo cerveja, limpando o chão, em restaurante não, num bar. (...) Aí eu disse que não ia. Aí ela disse: 'Não? Porque é o único serviço que tu tem'"* (Margarida, Maranhão, 20 anos).

O terceiro tema presente nesta categoria, discriminação, foi o mais citado entre os três. Dentro dele estão relatos de situações em que os participantes se sentiram discriminados enquanto estavam acolhidos ou foram tratados com diferença por cuidadores. Dois dos jovens entrevistados relataram que o tratamento diferenciado nos serviços de acolhimento se dava em favor das crianças menores. Elas tinham prioridade nas refeições, na escala de horários, na escolha de em quais quartos dormiriam e nos presentes que chegavam por meio de doações. Segundo um destes jovens *"... essa falta de igualdade que existe é muito, muito, muito, muito ruim mesmo pra quem vive lá"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

Além da discriminação pela idade, os entrevistados foram vítimas de preconceito racial, social e contra a diversidade sexual e de gênero. Estas foram algumas das expressões utilizadas por educadores e membros das equipes técnicas em referência aos jovens quando estes estavam acolhidos: *zé ninguém; drogado; negrinha; traficante; burra; má influência; sem futuro e desocupado.* Em relação ao preconceito contra a diversidade sexual, um dos entrevistados descreve o impacto desta violência sofrida para o seu desenvolvimento: *"... eu como homem gay, crescer num abrigo religioso (...) eu sempre cresci ouvindo o Pastor e o povo falando que as minhas atitudes não eram de Deus, que eu tinha que ser homem. Tipo assim, crescer ali não me fez bem, porque eu demorei anos pra não ter problema de abrir a boca e falar, 'nossa eu sou gay', entendeu?"* (Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

3.2.2. Acolhimento Familiar

Dentre as perguntas realizadas aos jovens nos grupos focais e entrevistas, algumas estiveram relacionadas ao tema do acolhimento familiar. O tema foi abordado com todos os jovens, independente de terem vivenciado o acolhimento nessa modalidade ou não. O primeiro aspecto a ser salientado nesta categoria é que a maioria dos jovens pouco sabia sobre acolhimento familiar ou sequer haviam ouvido falar nesta possibilidade.

Apenas três dos 27 participantes relataram experiências com famílias acolhedoras em suas trajetórias. Para uma dessas jovens a modalidade surgiu como opção na transição para a vida adulta: *"Aí eu tô há pouco tempo em família acolhedora (...) eu conheci essa família acolhedora que me ajudou a sair de lá do abrigo. No começo a gente pensava que eles iam me ajudar e depois eu ir embora, né? Mas aí eles conversaram comigo e aí a gente acabou decidindo que eu vou ficar aqui até quando eu quiser né?! (...) Várias coisas estão se encaixando aos pouquinhos"* (Azaléia, Goiás, 18 anos). Quando questionada sobre o que estaria achando de viver com esta família, a jovem respondeu que deles está recebendo mais apoio e orientação da que recebia no abrigo onde morava.

Nos relatos dos outros dois jovens que tiveram experiência de acolhimento familiar, chama a atenção a grande circulação por diferentes famílias. Um deles afirmou ter passado por sete e a outra por quatro famílias aco-

lhedoras. Quando questionados sobre os motivos que levaram a tantas trocas, um deles explicou: *"A família acolhedora que escolhe o perfil. Ela quer uma criança assim, de 5 a 10 anos. Depois que você completa essa idade você vai pra outra família. Cada família é adaptada pra acolher tipo assim, até uma certa idade, entendeu? Aí vai trocando"* (Rigel, Santa Catarina, 24 anos).

Sobre as vivências dentro dessas famílias, um dos jovens descreveu como positivas e comparou com suas vivências no abrigo: *"Eu aprendi bastante coisa em cada família. (...) E hoje eu mantenho contato com quatro famílias acolhedoras que eu acho que foi uma experiência muito legal que eu passei com eles e eu gosto muito deles (...) você ter contato com aquela família né. Se acostumar, você constrói um laço maior. Lá no abrigo você passa e daqui a pouco não tá mais. E é aquilo né, você nunca tá com a mesma pessoa"* (Rigel, Santa Catarina, 24 anos).

Já a outra jovem afirmou que foi vítima de violência em algumas das famílias pelas quais passou: *"Até que eu consegui uma família acolhedora (...) fiquei com essa família meses, passei por muita humilhação na casa dos outros. Muitas vezes eu chorava calada por não poder voltar pro abrigo onde eu vivia. Passei por quatro famílias acolhedoras, a última que eu passei eu sofri demais porque eu ia sendo estuprada por amigo da família e quando fui contar para o assistente social eles não acreditaram em mim. Até hoje eu odeio todo mundo que não acreditou em mim"* (Jasmin, Amazonas, 25 anos).

3.2.3. Convivência Comunitária

Nesta categoria estão contidas as experiências dos jovens relacionadas aos vínculos e relações estabelecidos para além das vivências dentro dos abrigos, casas-lares e famílias acolhedoras. De forma geral, a convivência comunitária não foi um tema muito explorado pelos participantes. Ao contrário da explícita importância atribuída pelos jovens ao convívio familiar, a importância da convivência comunitária está implícita nos relatos, especialmente naqueles que se referem às carências vividas durante o acolhimento e na transição entre o acolhimento e a vida adulta.

3.2.3.1. Apadrinhamento afetivo

Para muitos dos jovens entrevistados o apadrinhamento afetivo foi a grande oportunidade de convivência comunitária durante o período do acolhimento. Nos relatos observa-se uma variedade muito grande no tipo de vinculação estabelecida entre padrinhos a apadrinhados. Alguns jovens referem-se aos padrinhos afetivos como referências de lazer, diversão e presentes em datas comemorativas. Outros estabeleceram vínculos que perduraram depois do acolhimento e foram importantes na transição para a vida adulta: *"Eu tinha 17 anos quando eu conheci minha madrinha né, do apadrinhamento afetivo, eu conheci ela no momento assim, sabe quando você quer desistir da vida e desiste mesmo de tudo na vida? (...) ela foi a luz no fim do túnel, foi minha âncora.* (Rosa, Distrito Federal, 24 anos).

Para dois dos entrevistados as relações de apadrinhamento afetivo representaram continuidade dos cuidados após a saída do acolhimento. Uma jovem foi acolhida pela família que a apadrinhava após ter completado 18 anos e outro foi adotado aos 16 anos por sua madrinha. Independente do nível de vinculação dos jovens com seus padrinhos, as relações estabelecidas com esses adultos de referência foram sempre mencionadas como uma experiência positiva: *"... hoje em dia eu e meus padrinhos a gente se vê sempre, né a gente viaja junto, eu passo Natal e Ano novo com a família deles, é bem bacana. Eu acho que esse encaminhamento devia ser com todos".* (Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos).

3.2.3.2. Convivência com pares

A impossibilidade de conviver com amigos e colegas fora do contexto da escola e do acolhimento foi tema de alguns relatos dos jovens. A falta de convívio com pares revelou-se na fala dos participantes ao se compararem com crianças e adolescentes que viviam com suas famílias: *"... eu nunca tive a oportunidade de levar meus amigos da escola pra dormir em casa, uma vivência comum que todo adolescente tem e eu não tive porque eu morava no abrigo"* (Íris, São Paulo, 30 anos). Um dos jovens que passou pela modalidade de República durante seu período acolhido, também revelou descontentamento com a impossibilidade de trazer amigos para sua casa: *"... as vezes eu queria, tipo, fazer uma noite de pizza e eu chamar meus amigos pra ir lá, pousar lá, eu não podia. Aí*

eu era chamado a atenção, puxavam minha orelha e tal. E tipo, eu não concordava com isso. Porque tipo, cara, eu tenho amigos. Minha família é eles né" (Orion, Paraná, 20 anos).

3.2.3.3. Relações com instituições e vizinhança

Embora tenham sido escassos, os relatos sobre experiências com outras instituições além do serviço de acolhimento e da escola, revelaram a importância deste tipo de vinculação para os adolescentes e jovens: *"Eu participei de uma campanha (...) de um time que tem lá no Recife em parceria com a Vara de Infância, fizeram lá uma parceria de levar os abrigados pro campo. Eu vi ali a emoção de ser time, de conhecer o estádio, de sair do abrigo (...) E eu fui um dos selecionados e participei da campanha, foi muito importante, e aí a gente teve visibilidade"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

O desejo de ser visto e reconhecido como parte de uma comunidade, sem os estereótipos tipicamente atribuídos a crianças e adolescentes acolhidos, foi tema de debate entre os participantes. Um deles relatou a experiência de ser tratado com diferença pelos vizinhos e pelo seu chefe, até que este foi conhecer o abrigo onde o jovem morava: *"... eu levei ele na [nome do serviço] e aí ele conheceu a realidade, viu que não era uma coisa que ele achava né (...) ele achava que a gente era mal tratado, que a gente ficava trancados. Eu falei não, então também né um alerta pra essas pessoas que não sabem de nada da nossa realidade"* (Orion, Paraná, 20 anos).

3.2.3.4. Vivências fora do abrigo

De todos os relatos sobre convivência comunitária, aqueles que retrataram a impossibilidade de sair dos serviços de acolhimento foram os mais repetidos pelos jovens. Muitos relataram a sensação de estarem "presos", sem qualquer possibilidade de contato com a realidade externa aos serviços: *"... a gente ficava trancado mesmo. Não tinha o direito de viver em sociedade, entendeu? Não tinha direito de arrumar uma namorada, de conversar com o pessoal lá de fora que faz parte da vida do adolescente. Eu conversava com meus colegas e a gente achava um absurdo de não poder sair"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

As restrições de saída, na opinião dos jovens, traziam diversas consequências negativas, como por exemplo, chegar à maioridade sem saber locomover-se sozinho na própria cidade ou não poder exercer sua crença religiosa: *"Então no início foi muito ruim porque eu tinha uma vida toda, eu sou religiosa sabe, sou católica e eu tinha toda uma rotina de ir na igreja. E por regras bem burocráticas, eu não podia nem sair. E então eu pedi pra equipe que poderiam passar uma confiança para que eu pudesse ir, porque eu precisaria dessa minha rotina"* (Peônia, Pará, 20 anos).

3.2.4. Vida Autônoma

Nesta categoria estão reunidas as experiências relatadas pelos jovens sobre a vida como adultos, após a saída dos serviços. Os relatos revelam os principais desafios e sentimentos vivenciados na transição entre o acolhimento e a autonomia, bem como aspectos positivos e de suporte que favoreceram seus processos. Estão presentes ainda diversas críticas à forma como a transição é conduzida por parte do sistema de proteção, bem como sugestões para que futuramente os adolescentes e jovens que saem dos serviços de acolhimento possam transitar melhor amparados.

3.2.4.1. Apoio Social

O apoio da rede de suporte social foi certamente um dos aspectos que mais influenciou o processo de transição dos jovens, seja de forma positiva ou negativa. Algumas figuras foram salientadas como fontes de apoio fundamentais, mas a ausência de suporte após a saída também foi enfatizada. Os relatos sobre fontes de apoio foram classificados em: *acompanhamento pós-desligamento; adultos de referência e pares.*

O acompanhamento pós-desligamento por parte dos serviços foi exaustivamente mencionado pelos jovens como um aspecto fundamental, mas do qual poucos puderam desfrutar. De forma geral os jovens consideram que não puderam contar com os educadores e equipes técnicas após deixarem os serviços: *"... eu agradeço muito as assistentes, as que cuidou de mim, só que quando eu fiz 18 anos me deixou de lado, (...) acho que quando você faz 18 anos é quando a pessoa tem que trabalhar mais com você sabe? Tipo... 'Olha você tá precisando de algo? Você quer ajuda? A gente procura com você...' e*

não fizeram isso comigo e eu me sinto muito mal e acho que foi isso que falhou, sabe?" (Rosa, Distrito Federal, 24 anos).

A necessidade de receber suporte dos serviços mesmo após a saída foi salientada por todos os jovens. Os que não receberam apoio acreditam que teriam se saído melhor com essa ajuda já os poucos que receberam valorizam muito essa fonte de suporte e reconhecem a diferença que ela fez. Por esse motivo, a maioria incluiu nas suas recomendações de melhorias que o acompanhamento pós-desligamento seja oferecido por no mínimo seis meses: *"... numa família estruturada faz 18 anos, a mãe não fecha a porta na cara dele, 'tchau, agora é com você'. E com quem tá no abrigo, é assim que acontece, independente se você ficou lá 10 anos, ou um mês. É tchau! A partir de agora, é você e você. Então acho que deveria sim, ter um acompanhamento pós desligamento"* (Íris, São Paulo, 30 anos).

Na ausência de suporte da maioria dos serviços, alguns adultos de referência foram as âncoras para que os jovens pudessem fazer frente aos desafios da vida adulta. Como figuras de apoio no processo de transição foram citados os padrinhos e madrinhas, irmãos mais velhos, pais e mães adotivos e profissionais dos serviços com os quais mantiveram laços informais de amizade. Três dos jovens que saíram dos serviços por terem sido adotados enfatizaram o apoio dos pais adotivos na transição para a vida adulta*: "Depois que eu cheguei pra minha família eu dei um salto bem gigantesco, então eu já consegui fazer vários cursos, eu já terminei meu ensino médio e hoje já faço faculdade. Sempre tem meus pais aqui no meu pé, me cobrando, me apoiando"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

Duas das fontes de apoio foram especialmente relevantes para os jovens na falta de um acompanhamento formal por parte dos serviços. Os vínculos estabelecidos com alguns educadores e membros das equipes técnicas garantiu que, mesmo informalmente, tivessem a quem recorrer em caso de necessidade. Alguns citaram ajudas financeiras e com recursos materiais por parte dessas figuras, outros afirmaram ter contado com elas para apoio emocional. De forma semelhante, os vínculos estabelecidos nos programas de apadrinhamento afetivo também contribuíram para o processo de transição de alguns: *"(...) o abrigo onde eu morava, não reparava na gente que morava lá (...) as conquistas que eu tive, tenho que agradecer pra minha madrinha, que consegui pelo*

apadrinhamento afetivo, que esteve ao meu lado sempre e continua comigo" (Rosa, Distrito Federal, 24 anos).

Outra fonte de apoio relatada pelos jovens foram os pares. Amigos, companheiros e irmãos com idades próximas que foram fundamentais para dividir as dificuldades e alegrias de viver de forma autônoma. Muitas vezes por terem histórias semelhantes às dos jovens participantes da pesquisa, os pares foram citados como fontes para compartilhar experiências, dividir moradia e ampliar os laços e contatos com a comunidade.

3.2.4.2. Pandemia

Embora não tenha sido foco da pesquisa, o tema da pandemia do novo Coronavírus permeou os discursos dos jovens a todo o momento. Como importante característica do nosso atual contexto, não poderia deixar de ser explicitada como categoria de análise. O que os jovens relataram foi o impacto desta condição sobre suas realidades como egressos do sistema de proteção. A maioria deles se referiu à pandemia quando falavam sobre trabalho, relatando terem perdido seus empregos e/ou estarem com dificuldade na busca por uma vaga.

Três jovens tiveram seus processos de transição diretamente impactados pela pandemia, pois estavam com o desligamento programado para o período em que a quarentena se iniciou. Uma das jovens trabalhava em local que representava risco aos demais moradores do serviço de acolhimento, o que ocasionou seu desligamento mesmo em meio à pandemia: *"Aí ela [educadora] falou assim 'como você vai ter que retornar [ao trabalho] você já vai embora, você vai sair do trabalho e já vai para sua casa nova'. Daí eu comecei chorar, porque eu não tava preparada para ir quando eu fizesse 18 (...) foi um choque para mim, eu comecei a chorar, eu falei: 'tia, eu não aproveitei ainda'* (Camélia, São Paulo, 18 anos).

A pandemia também impactou a vida dos jovens no que se refere a apoio social e emocional. Muitos relataram sentimentos de solidão e tristeza ocasionados pelo isolamento social. A impossibilidade de visitar os serviços onde moravam, de encontrar os amigos e de dar continuidade a tratamentos médico e psicológico, foram situações difíceis salientadas por mais de um jovem.

3.2.4.3. República Jovem

A República Jovem deveria estar disponível a todos os adolescentes que completam a maioridade nos serviços, como opção de moradia subsidiada para a transição entre o acolhimento e a vida adulta. No entanto, os relatos dos jovens explicitaram a ausência desta modalidade em diversos Estados e municípios brasileiros. Muitos dos entrevistados disseram não saber o que é e como funciona uma República. Mesmo nas cidades em que a modalidade estava presente, os jovens relataram não haver vagas para todos: *"(...) vendo vários amigos que falaram que gostariam de passar pela República, só que não tinha República suficiente pra todo mundo né (...) algumas Repúblicas fecharam, isso incluindo de meninos e de meninas, então tipo é uma coisa muito pouca pra tantos jovens de abrigo"* (Taurus, São Paulo, 20 anos).

Os quatro jovens que vivenciaram a experiência da República demonstraram opiniões e sentimentos contraditórios em relação a esta modalidade de acolhimento. Por um lado acreditam que tiveram sorte de terem tido um local seguro para viver logo após a saída, chegando a afirmar que: *"... graças a Deus eu caí numa bênção de ter uma República pra eu ir"* (Dorado, Minas Gerais, 19 anos). Por outro lado, os mesmos jovens são críticos em relação ao funcionamento destes serviços, que na opinião deles possuem regras excessivas e inflexíveis e oferecem pouquíssimo apoio instrumental e emocional a seus moradores: *"... chegando na República eles apresentaram pra nós o mundo de maravilhas. Pô eu com 18 anos, uma casa grande, não tinha mais cuidador pra ficar enchendo o saco. Só que foi diferente do que eu imaginava. Eles passaram um tanto de regras, coisas pra fazer, só que eles passaram a regra e pronto, vocês se viram sabe, não fizeram nenhum trabalho"* (Dorado, Minas Gerais, 19 anos).

3.2.4.4. Ser jovem egresso

Nesta categoria estão concentrados os relatos das experiências, motivações e sentimentos comuns aos jovens que passaram suas infâncias e/ou adolescências em instituições de acolhimento e hoje são adultos. Serão abordados aqui o entusiasmo dos jovens em manter um *intercâmbio produtivo* com outros egressos; o intento deles em dar conta de tudo sozinhos, através do que nomeamos de *mérito individual*; os *sentimentos* vividos na transição para a vida adulta; e a intenção de *tornarem-se referências* para gerações futuras.

Um aspecto comum ao discurso de diferentes jovens foi a necessidade de correr atrás das oportunidades, desejos e planos, quando se é egresso do acolhimento. Outro lado desta mesma moeda foi o que chamaram de "não vitimização", enfatizando que suas histórias permeadas por risco e dificuldades não seriam motivo para não seguirem adiante: *"E uma coisa que eu sempre digo, nunca desistir, sabe? Sempre persistir, não é porque a gente morou em um orfanato, porque cada um de nós tem visão diferente que a gente tem que desistir de algo. A gente tem que lutar pelos nossos direitos"* (Rosa, Distrito Federal, 24 anos). Estes aspectos compuseram uma noção compartilhada de que se não houver muita persistência e vontade individual por parte deles, dificilmente os planos se concretizam: *"... o jovem tem que falar: 'olha eu quero muito, é meu sonho!' , senão passa! É uma coisa que você tem que ficar ali, tem que insistir e ficar toda hora. Porque senão pro abrigo é assim, adolescente bom é o que saiu daqui e conseguiu um emprego, pra eles basta"* (Íris, São Paulo, 30 anos).

Nos relatos de sentimentos que permeiam a rotina destes jovens, torna-se compreensível a necessidade de manter a firmeza nos propósitos e buscar sozinhos a concretização dos mesmos. Foram inúmeras as menções a sentimentos de solidão; desamparo; tristeza; vazio e até desespero. Frutos da falta de acompanhamento e apoio social, os sentimentos descritos acompanham alguns jovens mesmo passados anos de sua saída, a ponto de alguns manifestarem o desejo de voltarem a ser criança.

Diante das dificuldades enfrentadas na transição entre o acolhimento e a vida adulta, dois aspectos se sobressaíram nas falas dos jovens: a intenção de contribuir com outros adolescentes que passarão pelo mesmo processo e a satisfação com a troca de experiências com outros jovens egressos. Muitas sugestões foram dadas sobre como a experiência deles poderia favorecer a trajetória de outros: *"... essa coisa de chegar e falar pra eles e incentivar eles a ser, tipo, a querer estudar, a crescer, isso faz uma grande diferença. Porque quem melhor né, do que nós mesmos, que vivemos lá, pra falar isso pra eles"* (Hortênsia, Rio Grande do Sul, 20 anos). Da mesma forma, o apoio mútuo que podem oferecer uns aos outros como pessoas com trajetórias similares, também foi enfatizado: *"... eu gostei muito de ter passado essas duas horas aqui, até porque passou muito rápido, ficaram muitas coisas ainda pra falar, queríamos falar mais coisas sobre nossas histórias, das pessoas que a gente viveu e viu passando nas nossas vidas, ajuda muito"* (Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos).

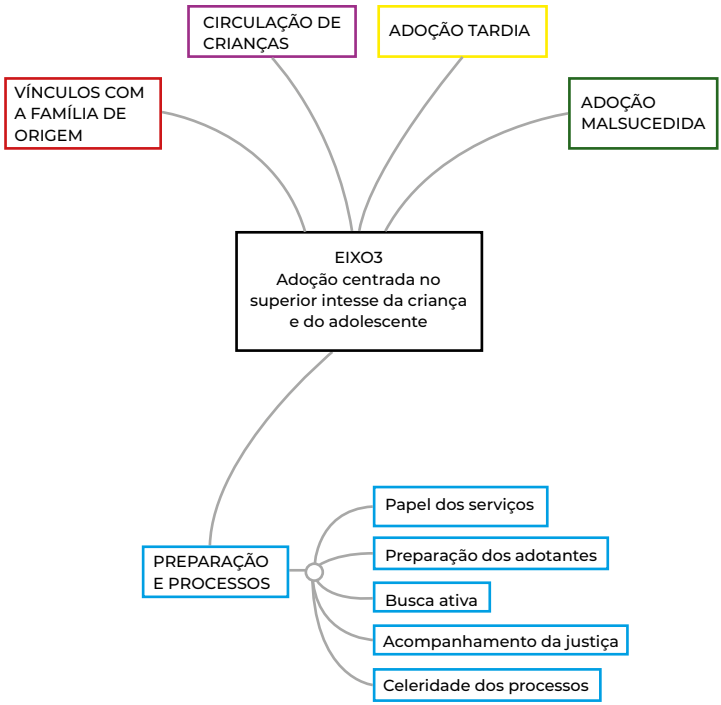
3.2.4.5. Trajetórias

A última categoria dentro do tema da vida autônoma se refere aos caminhos percorridos pelos participantes e outros jovens egressos com os quais eles conviveram. Três aspectos chamaram a atenção nos relatos que descrevem as trajetórias de forma mais global: *continuidade dos estudos; instabilidade e risco*. O primeiro aspecto é bastante marcante, pois são pouquíssimos os jovens que conseguiram continuar a estudar depois da saída dos serviços. O que se observa é que em suas trajetórias priorizaram a inserção no mercado de trabalho, já que a maioria depende exclusivamente do próprio salário. Não faltam intenções de seguir estudando, mas os participantes explicaram que o estudo não tem espaço em suas rotinas e que não conseguem bancar os custos de cursos, materiais didáticos, transporte, etc. Quando a pesquisa ocorreu, dois jovens estavam no ensino superior e uma cursava técnico em enfermagem. Nos três casos, contavam com apoio financeiro dos pais adotivos ou de bolsas de estudo conseguidas através dos serviços de acolhimento onde moraram.

Além de poucos terem conseguido continuar os estudos, outra característica que marca as trajetórias é a instabilidade. São comuns as trocas de emprego, de moradia e a instabilidade financeira na vida desses jovens: *"Muitos jovens que eu vi saindo do acolhimento (...) depois de um tempo não estavam bem, né... Tinham gastado todo dinheiro que eles tinham guardado, já não estavam morando no mesmo lugar. Eu mesmo guardei meu salário inteiro quando estava no abrigo e hoje em dia já não tenho mais nada basicamente e já nem to morando onde eu tinha entrado de inicio quando eu saí do abrigo.* (Taurus, São Paulo, 20 anos).

Toda a dificuldade enfrentada por esta juventude faz com que sigam muito expostos a vulnerabilidades e riscos sociais. Os jovens apontaram que a criminalidade e outros comportamentos de risco social acabam tornando-se atraentes como alternativa para subsistência ou para fazer face às adversidades: *"... a tendência de tu voltar pra criminalidade é muito grande. Se tu tiver desempregado e qualquer oportunidade que tu tiver de ganhar dinheiro fácil (...) conheço muitos jovens que saíram do abrigo e foram pra criminalidade e hoje tem alguns aí que vieram a falecer"* (Sirius, Rio Grande do Sul, 20 anos). A gravidez na adolescência também foi apontada como uma ocorrência comum logo após a saída do acolhimen-

Figura 3. Categorias e subcategorias do eixo temático 3



to: *"... meninas saíram de lá e se envolveram no álcool, nas drogas muitas delas novas com 15, 16 engravidaram, engravidaram do mundão mesmo e hoje tão criando o filho só"* (Gérbera, Goiás, 19 anos).

3.3. Eixo 3: Adoção centrada no superior interesse da criança e do adolescente

3.3.1. Circulação de crianças

Ao contarem suas histórias de acolhimento alguns jovens relataram situações de terem sido criados por famílias que não são suas famílias de origem, mas tampouco eram famílias por adoção, evidenciando essa prática bastante comum no país, especialmente na época em que estes jovens eram crianças. Três dos jovens disseram que estavam vivendo com famílias com as quais não tinham vínculos de sangue quando foram acolhidos: *"... eu estava em uma situação muito precária em outra família, que não eram os meus pais biológicos, eu não cheguei a conhecer eles. Eu cresci com uma família que não era minha família biológica, eu considerava eles, só que era uma família não muito bem estruturada"* (Volans, São Paulo, 19 anos).

O relato de outra jovem aponta para a informalidade dos vínculos, situação que não invalida o status de família atribuído por ela e pelos outros dois jovens a essas relações: *"... o Conselho tava procurando minha família de sangue, e eles conseguiram achar devido o meu nome. Porque minha mãe adotiva não conseguiu passar pro nome dela. Aí eu fiquei com o nome da minha mãe de sangue"* (Tulipa, Pará, 19 anos).

3.3.2. Adoção tardia

Três participantes da pesquisa foram adotados com mais de 16 anos. Estes jovens afirmaram que seus casos são exceções à regra, pois acreditam que esse tipo de adoção é pouco frequente: *"... é muito difícil sair essa sorte que eu dei, de alguém chegar e falar assim, 'vamos, a gente vai te adotar' é muito difícil, isso é muito raro de acontecer"* (Serpens, Minas Gerais, 23 anos). Diante dessa realidade, os jovens acreditam que os serviços devem preparar melhor os adolescentes para a saída, e orientá-los abertamente sobre suas reais possibilidades de futuro.

Em relação às experiências destes jovens que passaram por adoções na adolescência, elas variaram significativamente. Um dos jovens ainda mora com seus pais adotivos, conta com eles para apoiá-lo financeiramente e emocionalmente. Outro mora sozinho e é independente financeiramente, mas mantém vínculos estreitos com sua mãe adotiva: *"...minha mãe ela me ensinou a ser independente, sempre ter um plano B pra tudo. Então depois que eu vim morar com ela aconteceu várias coisas, eu tive várias oportunidades que eu tenho certeza que se eu tivesse em outro ambiente eu não teria. (...) Eu me mudei recentemente, mas a gente ainda mora muito perto, a gente mantém muito contato ainda"*.

Já o terceiro jovem passou por dificuldades na convivência com a família que o adotou, sentiu-se discriminado em relação aos filhos de sangue do casal e atualmente não mantém um relacionamento próximo com eles: *"... então tinha uma distinção muito grande lá dentro. (...) e eu não queria ir embora porque eu pensava, eu vou fazer 18, não tenho pra onde ir, eu já tô aqui mesmo, o abrigo não é melhor mesmo, fica elas por elas então é melhor eu ficar"* (Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

3.3.3. Adoção malsucedida

O tema das adoções malsucedidas de crianças e adolescentes foi bastante abordado pelos jovens durante as entrevistas e grupos focais. Chama atenção a quantidade de relatos do que os jovens chamaram de "devoluções", considerando a pequena amostra deste estudo. As rupturas de vínculos com as famílias adotivas ocorreram com, no mínimo, um ano de convivência. Quando foram questionados sobre os motivos das "devoluções", os jovens relataram que as relações "não deram certo" e que as famílias tinham expectativas equivocadas em relação a eles: *"Aí meu irmão ficou lá uns três anos, daí ela [mãe adotiva] devolveu. Devolveu ele pro abrigo, dizendo que não era o jeito que eles queriam. Aí depois eu conheci outra família, mas não deu muito certo também, por causa da idade que eles queriam uma criança. Não queriam adolescente porque dava muito trabalho, aí foi assim"* (Azaléia, Goiás, 18 anos).

Foi possível notar duas perspectivas divergentes no discurso dos jovens em relação ao tema das adoções malsucedidas. Alguns demonstraram resignação ao manifestarem suas opiniões sobre a problemática, como

se as rupturas fossem inerentes ao processo, dadas as possibilidades de os vínculos "não darem certo". Por outro lado, também foram observadas as críticas dos jovens que também viveram adoções malsucedidas e que consideram inadmissíveis essas situações: *"É uma coisa que eu não desejo pra criança nenhuma, porque você já vai com traumas, aí você sai com mais. Até você entender que a culpa não é sua, que você não poderia fazer nada (...) Então assim, se você não ficar totalmente comprometido, realmente, que a adoção é por meio de ser uma mãe de ser um pai de verdade, não adota. Faz um trabalho social. Não adota, porque as vezes você pode acabar coma vida de uma criança"* (Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

3.3.4. Preparação e processos de adoção

Esta categoria contém as opiniões, experiências e sugestões dos jovens no que se refere à preparação para adoção e aos processos de adoção como um todo. Sobre alguns temas foi possível extrair poucas informações dos relatos dos jovens, e essa situação nos aponta que mesmo vários deles tendo vivido esses processos, pouca orientação receberam sobre o que realmente se passava até que a adoção se concretizasse.

3.3.4.1. Acompanhamento da justiça

De forma geral, os jovens que foram adotados avaliaram positivamente o trabalho feito pelas Varas da Infância e Juventude antes, durante e após a concretização dos processos. Alguns pontos positivos foram destacados por eles, como a transparência dos processos, o fato de terem sido escutados ativamente e considerados em suas opiniões, e o seguimento realizado quando já estavam vivendo com as famílias adotivas: *"Depois da questão da minha adoção eles passaram a ir na minha casa uma vez por mês pra ver se eu estava bem, se era realmente um ambiente seguro"* (Volans, São Paulo, 19 anos).

Um jovem relatou dificuldades no contato com a justiça no seu processo de adoção que ainda corre, embora seja maior de 18 anos. A formalidade do ambiente e o fato de pessoas desconhecidas serem responsáveis por tomar decisões sobre sua vida, foram algumas das características que ele apontou como desagradáveis nesse contexto: *"Aí ela [juíza] vai, ela que*

decide sua vida, se você vai se você não vai (...) Eu passo mal toda vez que vou na justiça, eu tenho dor de barriga, eu tenho que tomar remédio, toda vez que tenho que ir na justiça, porque é muito ruim" (Pegasus, Tocatins, 20 anos).

3.3.4.2. Busca ativa

Dois jovens salientaram a importância da busca ativa de candidatos à adoção. Um deles afirmou que sua adoção só se concretizou porque houve uma preocupação em colocá-lo em contato com adotantes que tivessem interesse em adotar adolescentes: *"Esse vídeo que eu participei, que eu fiz com meus amigos, esse vídeo chegou até aqui e minha mãe viu o vídeo, ela se identificou comigo, viu que eu era o filho dela, que eu estava esperando ela. Então a minha adoção aconteceu a partir dessa campanha"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos). No caso da outra jovem, a adoção não chegou a se concretizar, mas ela considerou positiva a ida dos possíveis adotantes ao serviço de acolhimento para conhecê-la e conhecer seu irmão.

3.3.4.3. Celeridade dos processos

Este foi um tema para o qual não houve consenso nos relatos dos jovens que participaram da pesquisa. Baseados em suas experiências, alguns entendem que os processos de adoção deveriam ser mais ágeis e menos burocráticos: *"... a juíza me chamou e só perguntou como eu tava (...) Aí eu falei, 'Tô bem'. Arquivou lá. Aí eu perguntei, 'e minha adoção vai sair?'. Porque eu fiz 18 anos e até hoje eu não fui adotado, ainda está com a guarda provisória, não é definitiva. Porque é muito enrolado"* (Pegasus, Tocatins, 20 anos).

Já outros acreditam que facilitar os processos é prejudicial: *"... adotar uma criança é muito difícil. Tem todo aquele processo, toda aquela investigação. (...) Mas quando é um adolescente, não é. Não tem toda essa investigação, não é tudo isso, não é um processo tão demorado quanto. A minha irmã, não foi um mês o processo (...) ela passou bastante perrengue nessa família, passou por muitas situações desnecessárias"* (Serpens, Minas Gerais, 23 anos).

Alguns jovens também afirmaram que nos seus casos a destituição do poder familiar demorou muito a acontecer, e acreditam que isso diminuiu

as chances de terem sido adotados: *"E, sim, eu pude ser adotada, mas demorou. (...) E assim, pelo meu caso, não teria como eu voltar para os meus pais, não teria. Esse processo, essa avaliação, eu acho que demorou muito"* (Hortênsia, Rio Grande do Sul, 20 anos). A escuta da criança ou adolescente na tomada de decisão sobre a destituição do poder familiar foi apontada como central pelos jovens. Muitos acreditam que se a opinião da criança ou adolescente é de que o retorno à família não é possível, a destituição deveria ser algo certo.

3.3.4.4. Papel dos serviços

Ao contrário do que os jovens opinaram sobre a preparação e o acompanhamento da Justiça nos processos de adoção, a avaliação sobre a preparação por parte dos serviços de acolhimento foi bastante negativa: *"... a parte da Vara da Infância que eu posso avaliar, mas do abrigo não posso avaliar porque eles não fizeram quase nada. O que fizeram foi me dar a notícia e mais nada"* (Lynx, Pernambuco, 22 anos).

Os jovens apontaram a necessidade de os serviços de acolhimento informarem melhor às crianças e adolescentes sobre aspectos como funcionamento dos processos, do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (antigo Cadastro Nacional de Adoção), e os possíveis desfechos de um processo de adoção, já que eles nem sempre se concretizam. A falta de envolvimento dos serviços é tanta de acordo com eles, que muitas das expectativas das crianças e adolescentes são irreais: *"... a gente acha que as coisas vão ser como num filme, que as famílias não têm problemas, que são pessoas perfeitas. Então acho que tem que ter essa preparação pras crianças, porque acho que tem o curso pra quem vai adotar, mas não tem algo pras crianças em específico mostrando a realidade das famílias, porque nem todo mundo sabe, né?"* (Pegasus, Tocantins, 20 anos).

3.3.4.5. Preparação dos adotantes

Os jovens sabem da existência de cursos e avaliações dos candidatos à adoção, mas eles acreditam que mesmo assim os adotantes não são bem preparados: *"... realmente tem que ter essa preparação maior e quem vai adotar tem que entender que a criança vai levar uma bagagem, que não vai ser fácil. Porque a criança não é um robô que você adotou, e você vai*

limpar a memória dela e vai ser reconfigurado" (Serpens, Minas Gerais, 23 anos). As opiniões sobre a falta de preparação se dão em grande parte pelas diversas histórias de adoções malsucedidas vividas por eles, por irmãos ou pares com os quais conviveram nos serviços.

Outro aspecto interessante levantado por alguns jovens foi a relação entre apadrinhamento afetivo e adoção. De acordo com eles, existem famílias que optam pelo apadrinhamento para tentar encurtar o processo de adoção ou evitar a preparação envolvida nesse processo. Essa relação com padrinhos que desejam adotar poderia criar expectativas nos apadrinhados que não se confirmam: *"Aí eu penso que quem está na fila de adoção não poder apadrinhar, porque acaba que o adolescente cria esperança de ir pra casa dessa família, e não pode, porque eles querem na verdade uma criança"* (Azaléia, Goiás, 18 anos).

3.3.5. Vínculos com a família de origem

Mesmo após a concretização de uma adoção, alguns jovens mantiveram contato com suas famílias de origem. Os vínculos mais presentes nestes casos foram com os irmãos. Dois jovens relataram que além dos irmãos, tiveram contato com os pais de sangue, em um dos casos por incentivo dos pais adotivos: *"Dia dos pais agora, eu fui com meus pais adotivos na casa do meu pai de sangue dar o presente do dia dos pais"* (Pegasus, Tocatins, 20 anos). Este mesmo participante revelou a importância deste contato depois de tanto tempo afastados: *"Inclusive esses dias pra trás, eu tava com suspeita então de Corona, e aí meu pai de sangue ficou sabendo. Ele queria saber o que ele poderia fazer por mim e eu achei muito legal porque a gente já não tinha contato com pai e filho há mais ou menos 10 anos. Então pra mim foi muito legal sabe, ver ele se pondo a disposição, falando que o que eu precisasse era só ligar"* (Pegasus, Tocatins, 20 anos).

Sobre vínculos com a família de origem após adoções também tiveram os relatos dos jovens cujos irmãos foram adotados. A falta da convivência diária e a certeza de que não têm as mesmas oportunidades que seus irmãos, foram algumas das tristezas relatadas pelos jovens que ficaram nos serviços de acolhimento, especialmente quando os irmãos foram adotados em outros países: *"Foi muito difícil né, saber que eu ia ficar. Mas depois*

que eu fui visitar eu fiquei até contente porque eles têm tipo assim, uma expectativa de vida diferente da minha, né? Se eles tivessem ficado aqui eles teriam a mesma realidade de vida que eu tenho né, porque no Brasil você sobrevive e não vive" (Rigel, Santa Catarina, 24 anos).

04. Discussão: o que os resultados nos dizem sobre as ações propostas pelo PNCFC?

Diferente das outras pesquisas realizadas como parte da avaliação do PNCFC, a escuta dos egressos não teve foco nos avanços e lacunas do processo de implantação do Plano Nacional nos últimos anos. Os participantes desta pesquisa, usuários dos serviços de acolhimento, não apresentam conhecimento técnico do documento do PNCFC para a discussão da avaliação e da atualização. No entanto, ao relatarem suas vivências e opiniões sobre o período em que estiveram acolhidos, elas e eles revelaram uma série de aspectos a serem ponderados nas reflexões deste processo. Considerando o objetivo geral desta pesquisa, e para articular os achados desta escuta com os dos outros estudos que compõe a avaliação, discutem-se a seguir as possíveis contribuições dos resultados encontrados como subsídios para a avaliação e atualização do PNCFC.

O primeiro resultado que merece atenção se refere às informações sociodemográficas coletadas nos contatos iniciais com os jovens. Quando questionados sobre o tempo de acolhimento, 19 participantes responderam que passaram quatro anos ou mais em instituições de acolhimento e/ou famílias acolhedoras. Alguns viveram mais tempo de suas vidas dentro do sistema de proteção do que fora dele. Estas realidades conflitam com a provisoriedade da medida protetiva, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e cujas ações do PNCFC buscavam garantir. Embora o tempo médio de permanência em serviços de aco-

lhimento tenha reduzido nos últimos anos, ainda é preciso avançar neste quesito, conforme apontam outros estudos nacionais com adolescentes acolhidos (Cassarino-Perez, Montserrat & Sarriera, 2020; Fernandes & Monteiro, 2017).

Existe consenso na literatura científica de que a longa permanência em acolhimento institucional, especialmente em abrigos, impacta negativamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes, assim como as trajetórias dos jovens após a saída do sistema de proteção (Berlin, Vinnerljung & Hjern, 2011; Brannstrom, Vinnerljung & Hjern, 2020; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007). Os resultados apontam também para a circulação por diferentes serviços, e tentativas malsucedidas de reintegração e adoção, experiências que podem ser tão nocivas quanto a longa permanência em serviços de acolhimento.

Na Tabela 2 estão representados resumidamente os aspectos positivos e negativos levantados pelos jovens sobre o primeiro eixo temático: *políticas de apoio à família e prevenção do afastamento do convívio familiar*. Se comparados aos relatos sobre as outras dimensões, as vivências partilhadas sobre este primeiro eixo foram significativamente menores. O fato de terem pouco a dizer, especialmente sobre as estratégias preventivas e de acompanhamento sócio familiar, revela falhas nestas ações e em alguns casos a inexistência delas. Antes e durante o acolhimento, a dificuldade em ter um acompanhamento mais efetivo, para promover o fortalecimento de vínculos, orientar e apoiar as famílias tornou-se evidente através das falas dos jovens. Não por acaso, diversas recomendações de melhorias apontadas por eles centraram-se neste primeiro eixo.

Tabela 2 - Síntese dos avanços e desafios relacionados ao Eixo 1

	Entrada nos serviços	Acompanhamento sócio familiar	Reintegração familiar	Contatos e visitas familiares
Avanços	- Afastamento como último recurso	- Intervenção com famílias em situação de vulnerabilidade social	- Promoção da reintegração familiar com acompanhamento	- Preservação dos vínculos em alguns contextos
Desafios	- Afastamento sem trabalho preventivo	- Acompanhamento sócio familiar em alguns contextos e em outros não	- Reintegração familiar sem escuta da criança ou adolescente e sem acompanhamento da família	- Não preservação dos vínculos em contextos onde poderiam ser mantidos

As condutas relacionadas à reintegração familiar também foram foco de críticas, já que foram comuns as tentativas malsucedidas de retorno à família. Os resultados demonstram que a busca por colocação em família definitiva, através da adoção, tem se dado apenas quando estão esgotadas as possibilidades de retorno familiar. No entanto, em direção contrária ao que preconiza o ECA, a insistência na reintegração mesmo quando esta não representava o melhor interesse da criança ou do adolescente, resultou em um tempo excessivo de institucionalização, privando-o da convivência familiar e comunitária, ao invés de garantir-lhe esse direito. Por isso a necessidade do estudo psicossocial de qualidade e o acompanhamento caso-a-caso por parte dos profissionais do serviço e da Justiça da Infância e Juventude embasando a tomada de decisão. Nos casos em que os jovens discordaram da forma como seus processos foram conduzidos, os indícios são de que as falhas residiram no estudo psicossocial e/ou na articulação permanente com o Sistema de Justiça.

Em relação à preservação de vínculos com irmãos quando há necessidade de afastamento, tem-se a constatação de que em alguns contextos avançou-se muito nessa prática, enquanto em outros, as rupturas seguem acontecendo – separados em razão do acolhimento em diferentes serviços ou pelo encaminhamento à adoção. Este é um tema que transita entre as três dimensões do Plano, embora se refira à preservação dos vínculos familiares, parece estar relacionado ao reordenamento dos serviços de

acolhimento e também à adoção. A síntese dos aspectos levantados pelos jovens no que se refere ao eixo *de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e implementação de novas modalidade de acolhimento*, está representada na Tabela 3.

Tabela 3 - Síntese dos avanços e desafios relacionados ao Eixo 2

	Acolhimento Institucional	Acolhimento Familiar	Convivência Comunitária	Vida Autônoma
Avanços	- Acolhimento institucional protege e oferece oportunidades	- Acolhimento familiar favorecendo a transição para a vida adulta	- Esforços para promover convivência comunitária e protagonismo	- Suporte de adultos de referência na vivência do desligamento
Desafios	- Falta de participação e informação sobre direitos - Circulação entre serviços - Profissionais com excesso de trabalho - Atendimento em grupos grandes - Desligamentos sem o devido planejamento - Acolhimentos de longa duração - Violações de direitos - Infraestrutura fora dos padrões sugeridos	- Poucas famílias acolhedoras - Poucas famílias interessadas em acolher adolescentes - Violação de direitos por parte de uma família acolhedora	- Crianças e adolescentes sentem-se "presos" sem interação com a realidade fora das instituições de acolhimento	- Poucas Repúblicas para egressos - Repúblicas funcionando sem o devido apoio das equipes técnicas

Nos estados e municípios onde os abrigos prevalecem, os jovens relataram como experiência comum o atendimento em grupos com grande número de acolhidos e muitas vezes separados por faixa etária e sexo, ao contrário do que recomendam as ações do PNCFC. É importante salientar que parte dos jovens entrevistados deixou as instituições há cinco anos ou mais, o que significa que essa característica dos relatos pode não representar a realidade atual. Dados do CENSO SUAS e do IPEA revelam que recentemente os abrigos institucionais tem diminuído de tamanho e se adequado aos parâmetros descritos nas Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

A circulação de crianças e adolescentes por diferentes serviços foi outro aspecto não condizente com os parâmetros de funcionamento de serviços de acolhimento que esteve bastante presente no relato dos jovens. Garantir segurança e previsibilidade na relação cuidador-acolhido também está entre as ações propostas no PNCFC. A troca constante entre serviços de acolhimento institucional ou familiar não permite que se estabeleçam vínculos seguros e confiáveis entre a criança ou adolescente e adultos de referência. A vinculação afetiva é fundamental para o desenvolvimento humano em todos os seus domínios (físico, cognitivo e psicossocial). Estudos desenvolvidos em diversos países revelam o impacto do que em inglês costuma-se chamar de *placement instability*. Okpych e Courtney (2018) identificaram que essa circulação entre diferentes serviços prediz a manifestação de transtorno de estresse pós-traumático, o uso de substâncias psicoativas e a tentativa de suicídio. Chambers et al. (2018) constataram que as trocas constantes impactam a escolaridade, o senso de pertencimento e a percepção de suporte social enquanto o adolescente está no acolhimento. A longo prazo as consequências são dificuldades em estabelecer relacionamentos interpessoais e instabilidade nos diversos domínios da vida adulta (trabalho, moradia, finanças, etc.).

Considerando que as histórias de crianças e adolescentes acolhidos estão permeadas por risco e que as rupturas de vínculos são comuns, outras fontes de vinculação afetiva, especialmente aquelas que possam suprir o apoio parental, precisam ser incorporadas à rede de suporte (Cyrulnik, 2005; Masten et al. 1999; Werner, 1993). O lugar ocupado por educadores e equipe técnica nesta equação é central. Não por acaso a relação com estas figuras foi muito destacada pelos jovens egressos, tanto ao confirmarem a

importância deles para seu desenvolvimento, quanto ao apontar falhas nas funções exercidas pelos mesmos. Três pontos foram apontados como cruciais no cuidado oferecido pelos profissionais: a motivação, a capacitação e a excessiva demanda de trabalho.

O PNCFC prevê que os serviços contem com equipes técnicas e profissionais de cuidados em número suficiente e capacitados. Alguns relatos revelaram que houve avanços nesse quesito, com jovens destacando o apoio instrumental e emocional recebidos antes e após a saída dos serviços. Mas a realidade de muitos ainda foi marcada pela descontinuidade do trabalho, pouca possibilidade de vinculação afetiva, e, em alguns casos, violações de direitos praticadas pelos próprios profissionais. Outros estudos já revelaram essa realidade e problematizaram a exaustão emocional dos educadores e equipes técnicas, a necessidade de formação continuada e de "cuidado com o cuidador" no contexto do acolhimento institucional (Cassarino-Perez, Montserrat & Sarriera, 2018; Gulassa, 2010). Investigando as representações sociais de cem educadores sobre sua atuação, Barros e Naiff (2015) constataram que a capacitação oferecida a estes profissionais está desarticulada da prática por eles realizada. Além disso, as autoras verificaram a importância da consolidação da identidade do educador social, como profissão regulamentada e fortalecida em termos de direitos trabalhistas, para a qualidade do trabalho oferecido por eles.

Embora os cuidadores exerçam papel central na construção de novos alicerces na vida dos acolhidos, outras referências também oferecem oportunidades de tecer relações e enriquecem as perspectivas de futuro. Os programas de apadrinhamento afetivo foram muito mencionados por oportunizarem a ampliação da rede de apoio. De acordo com Goulart e Paludo (2014) o relacionamento com padrinhos afetivos fortalece nas crianças e adolescentes a capacidade de estabelecerem vínculos afetivos. Alguns jovens que participaram destes programas destacaram a importância de seus padrinhos na fase de transição entre o acolhimento e vida adulta. A presença de um ou mais adultos que funcionem como mentores, oferecendo apoio instrumental e emocional durante esse período, é fundamental para favorecer a trajetória de jovens egressos do acolhimento (Cassarino-Perez, Montserrat & Sarriera, 2018; Goulart & Paludo, 2014; Sulimani-Aidan; Melkman & Hellman, 2019).

Como fonte importante de apoio social, a ampliação dos programas de apadrinhamento afetivo tende a favorecer crianças e adolescentes, estejam eles acolhidos em instituições ou famílias. Para muitos jovens os padrinhos foram as únicas fontes de contato com a realidade fora das instituições, já que a convivência comunitária proporcionada pelos serviços era escassa. Reside no tema da convivência comunitária um dos aspectos que os resultados deste estudo apontam como mais frágeis no que se refere às ações propostas pelo PNCFC. Os jovens frequentemente se referiram ao serviço de acolhimento como uma "bolha" cercada por muros que os separavam do contato com o "mundo lá fora".

A pouca interação entre serviços de acolhimento e a comunidade impacta negativamente as representações sociais desta em relação às crianças e aos adolescentes. É o que revelam os jovens neste estudo. Outras pesquisas nacionais constataram que o desconhecimento sobre o que é um serviço de acolhimento produz imagens errôneas e preconceituosas prejudiciais ao exercício do direito à convivência comunitária (Cruz, 2019; Went, Dulius & Dell'Aglio, 2017). Diante deste cenário, ações de aproximação e integração da comunidade com os serviços de acolhimento institucional precisam receber maior incentivo e investimento. Mais do que isso, Went, Dulius e Dell'Aglio (2017) apontam a necessidade de intervir em estratégias junto à sociedade em geral a fim de reconstruir o imaginário social atribuído a estas crianças e adolescentes.

Ainda dentro do segundo eixo temático desta pesquisa apareceram os relatos de vivências relacionadas à aquisição gradual da autonomia e ao acompanhamento após o desligamento dos serviços, especialmente depois de completada a maioridade. O que se observa, em consonância com outros estudos recentes, é que muitos adolescentes deixam os serviços de acolhimento sem o instrumental e o apoio necessários para o enfrentamento dos desafios da vida adulta (Cassarino-Perez, Sarriera & Montserrat, 2020; Instituto Fazendo História, 2019). Embora o ECA e o PNCFC enfatizem a obrigatoriedade do preparo para aquisição gradual da autonomia, nos serviços prevalecem as práticas assistencialistas, sem a participação ativa da criança ou adolescente nas tarefas cotidianas e na tomada de decisões (Instituto Fazendo História, 2019).

No Brasil existe uma lacuna em termos de políticas públicas específicas que ofereçam apoio instrumental, social e emocional aos jovens que transitam do acolhimento para a vida adulta. Os desligamentos costumam ser abruptos e pouco planejados e a descontinuidade da proteção é sentida imediatamente após a saída: *"a lei que te protege é o ECA, mas depois dos 18, ela te acusa"* (Íris, São Paulo, 30 anos). A República é a única política prevista como alternativa de continuidade da proteção e amparo a estes jovens. Embora o aumento do número de repúblicas estivesse previsto no PNCFC, resultados do CENSO SUAS de 2018 revelam que neste ano existiam apenas 30 unidades concentradas em poucas regiões do país. Essa realidade foi denunciada pelos jovens quando afirmaram que nem todos os adolescentes que têm interesse em morar em repúblicas podem contar com esse dispositivo quando são desligados dos serviços. Já para os jovens cujos planos de futuro não contemplem morar em uma república, não há qualquer suporte ou prioridade para outros programas habitacionais.

Os jovens que contaram com as repúblicas em seus processos de transição levantaram alguns aspectos que merecem ser revistos e priorizados, principalmente na implantação de novas unidades. A modalidade conta com uma equipe técnica que deve oferecer apoio no processo gradativo de conquista da autonomia, mas esta não foi a realidade relatada. Muito se exige dos jovens recém-saídos dos abrigos e casas-lares, sem que haja espaços de reflexão e trocas para reconhecimento de habilidades, desejos e potencialidades. A imposição de regras e a falta de participação ativa na construção das práticas adotadas dentro das repúblicas não contribuem para favorecer a autogestão e o protagonismo destes jovens.

Além do aumento no número de Repúblicas, o reordenamento das modalidades de acolhimento previsto no PNCFC preconizava também a implantação de novos serviços de acolhimento familiar. A família acolhedora constitui-se como espaço privilegiado de vinculação afetiva entre crianças/adolescentes e adultos de referência, favorecendo o desenvolvimento em face às vivências de negligência, abandono e maus tratos (Delgado, 2010). Os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) indicam que o número de famílias acolhedoras aumentou nos últimos anos no país, no entanto, dados do CENSO SUAS 2019 revelam que menos de 5% do total de crianças e adolescentes acolhidas no país estão em famílias (CNJ, 2020).

O Estatuto da Criança e do Adolescentes, em seu artigo 34, parágrafo 1o, institui que o acolhimento familiar é prioritário em relação ao acolhimento institucional. No futuro, a prevalência de acolhimentos familiares em relação aos acolhimentos institucionais deve continuar sendo uma meta. Para atingi-la, no entanto, será necessário aprender com as experiências de acolhimento familiar já existentes. Um diagnóstico das potencialidades destes serviços, bem como das dificuldades por eles enfrentadas, pode favorecer a ampliação desta oferta e sua qualificação, de modo a evitar que se repitam algumas das falhas evidenciadas neste estudo. É possível que as violações de direitos vivenciadas por alguns jovens no acolhimento familiar estejam atreladas à falta de acompanhamento das equipes técnicas.

A desarticulação entre a rede intersetorial e o Sistema de Justiça, bem como a falta de uma estratégia mais consistente e efetiva de acompanhamento, estão também na raiz de adversidades enfrentadas pelos jovens em seus processos de adoção. A falta de preparação e acompanhamento das famílias, crianças e adolescentes antes, durante e após a concretização da adoção foi salientada pelos egressos. O trabalho realizado pela Vara de Infância e Juventude foi bem avaliado, especialmente pela escuta oferecida durante os processos e pelo seguimento realizado após a colocação em família substituta. Mas os jovens demonstraram desejo de maior participação dos serviços de acolhimento nesse acompanhamento. Eles lamentaram a pouca informação oferecida sobre o andamento de seus processos e a falta de envolvimento dos profissionais de cuidados nas diversas etapas. Na Tabela 4 estão representados estes e outros aspectos positivos e negativos relacionados ao eixo da *adoção centrada no superior interesse da criança*.

Tabela 4 - Síntese dos avanços e desafios relacionados ao Eixo 3

	Preparação e processos	Adoção tardia	Adoção malsucedida	Vínculos com a família de origem
Avanços	- Busca ativa por adotantes	- Casos bem sucedidos de adoção na adolescência		- Resgate da história pregressa e vínculos afetivos com a família de origem após adoção
Desafios	- Falta de preparação dos adotantes - Falta de preparação e manejo das expectativas das crianças e adolescentes - Pouca articulação entre o serviço de acolhimento e as VIJ's - Processos excessivamente lentos ou demasiadamente ágeis	- Poucas famílias interessadas em adotar adolescentes	- Rupturas de vínculo com a família de origem após anos de convivência - Crianças e adolescentes sentindo-se culpados frente à adoções malsucedidas	

Um estudo sobre a aproximação com a família substituta nos processos de adoção, realizado em sete cidades do Rio Grande do Sul, verificou diferenças significativas na forma como esta etapa é conduzida em cada comarca (Silva, Cassarino-Perez, Sarriera & Frizzo, 2017). Em algumas cidades as instituições de acolhimento realizavam o acompanhamento do processo em conjunto com a equipe da Justiça da Infância e da Juventude (JIJ), em outras foram responsáveis pela preparação do adotando sem apoio do JIJ e em um terceiro cenário não estiveram formalmente envolvidas neste processo. Além da variabilidade na participação ou não dos serviços nos processos, o estudo constatou a falta de uma metodologia consensuada para orientar a colocação da criança e do adolescente em família substituta.

Considerando que grande parte dos vínculos afetivos das crianças e adolescentes são estabelecidos dentro dos serviços de acolhimento, a participação formal dos educadores e equipes técnicas nos processos de adoção pode favorecer a transição para a família substituta. A articulação dos serviços de acolhimento com o Sistema de Justiça na "preparação de todos os envolvidos para colocação em família substituta" (CNAS & CONANDA, 2009, p.48) está prevista no caderno de orientações técnicas para serviços de acolhimento. O PNCFC previa, dentre seus resultados programáticos, a adoção precedida de preparação realizada preferencialmente em conjunto entre as equipes da JIJ, os Grupos de Apoio à Adoção e os serviços de acolhimento institucional ou familiar, o que converge também com a abordagem no ECA. No futuro, o cumprimento destas ações poderá estar atrelado a uma metodologia consensuada que oriente o acompanhamento dos casos por parte dos serviços de acolhimento e priorize a escuta e participação da criança ou adolescente que está no centro do processo.

Ainda no que se refere às ações propostas pelo PNCFC sobre o tema da adoção, outros dois aspectos dos resultados devem ser salientados: a busca ativa de pretendentes para casos de adoção tardia e a celeridade dos processos. Não houve consenso nas opiniões dos jovens sobre estes temas, indicando que eles precisam ser tratados a partir de duas perspectivas. Houve quem avaliasse que a celeridade dos processos e a busca ativa por adotantes contribuíram significativamente para que pudessem ter acesso ao direito à convivência familiar e comunitária. Mas houve quem tenha vivenciado situações de risco e rupturas de vínculos associadas a um processo excessivamente veloz, sem aproximação cuidadosa à família substituta. Também houve relatos de jovens que se sentiram pressionados ao serem apresentados a pretendentes à adoção, quando desejavam permanecer nos serviços onde moravam com os cuidadores e pares com quem estabeleceram fortes vínculos afetivos.

A ambivalência de significados presente nos temas relacionados à adoção foi objeto de estudo de Valério e Lyra (2016). As autoras alertam para a necessidade de integrar e superar significados polarizados, cujas raízes residem na história recente de regulamentação da adoção no país. Integrar os polos aparentemente opostos e encontrar saídas que considerem o superior interesse da criança, significa tratar os casos em sua individualidade. Os relatos dos participantes deste estudo demonstram que no contexto da

proteção especial, o que funciona para uns, pode não ser regra para todos. Por isso a importância do detalhado estudo psicossocial a consideração de motivações e expectativas das partes envolvidas no processo. Agilizar os processos adoção e buscar ativamente adotantes podem ser ações consonantes com o princípio do superior interesse da criança e do adolescente. Estas ações devem seguir existindo sempre e atenderem às demandas e particularidades de cada caso.

05. Recomendações e considerações finais

Este estudo objetivou compreender as vivências de jovens egressos do acolhimento no Brasil em relação às três dimensões que fundamentam a elaboração do PNCFC. A seguir, estão descritas recomendações fruto deste importante processo da escuta dos usuários dos serviços de acolhimento. Espera-se que elas possam contribuir diretamente para a avaliação e reedição do PNCFC:

Eixo 1: Políticas de apoio à família e prevenção do afastamento do convívio familiar

- Garantir a provisoriedade da medida protetiva de acolhimento institucional;
- Optar pelo afastamento somente após trabalho preventivo;
- Amparar e acolher a criança ou adolescente no ato do afastamento da família de origem/colocação no serviço de acolhimento;
- Padronizar o trabalho preventivo e de acompanhamento sócio familiar;
- Favorecer a participação ativa da criança/adolescente nas decisões sobre reintegração familiar, levando-se em consideração a sua opinião.

Eixo 2: Reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e implementação de novas modalidades de acolhimento

- Garantir que nenhum serviço de acolhimento ultrapasse o número recomendado de crianças/adolescentes por unidade;

- Oferecer e exigir capacitação dos educadores e equipe técnica;
- Garantir boas condições de trabalho aos educadores e equipe técnica, evitando a exaustão causada por demandas excessivas;
- Aumentar a utilização da rede de serviços e a participação na vida comunitária;
- Diminuir a circulação de crianças e adolescentes entre diferentes unidades de acolhimento;
- Realizar o desligamento de forma gradativa;
- Ampliar os serviços de famílias acolhedoras com o devido preparo e acompanhamento de equipe técnica;
- Ampliar a oferta de Repúblicas como alternativa para o jovem que desejar contar com esta modalidade quando do desligamento aos 18 anos;
- Ampliar a escuta e participação da criança e do adolescente na tomada de decisão sobre seus processos e planos de futuro;
- Informar à criança e o adolescente sobre seus direitos, o andamento de seus processos e os serviços e políticas com os quais podem contar;
- Prioridade para jovens egressos em políticas públicas já existentes nos âmbitos da habitação, educação e trabalho;
- Desenvolver e implantar políticas específicas para favorecer a transição para a vida adulta de adolescentes que deixam o serviço de acolhimento;
- Instituir um acompanhamento formal dos jovens egressos por parte de um técnico de referência que possa favorecer a transição nos mais diversos âmbitos necessários (social, emocional, profissional, educacional, etc.).
- Promover a articulação de jovens egressos do acolhimento a fim de aumentar sua rede de suporte social e favorecer a participação juvenil.

Eixo 3: Adoção centrada no superior interesse da criança e do adolescente

- Melhorar a articulação entre serviços de acolhimento, VIJ´s e GAA´s na preparação e acompanhamento dos casos de adoção;
- Desenvolver metodologia consensuada de preparação e acompanhamento dos casos de adoção por parte dos serviços de acolhimento, priorizando a escuta e preparação da criança ou adolescente que está no centro do processo;
- Oferecer acolhimento e escuta aos irmãos e outros acolhidos que não forem adotados e buscar que os vínculos não se rompam;
- Ampliar as possibilidades de busca ativa de adotantes, nos casos em que esta seja a demanda e/ou expectativa da criança ou adolescente;
- Promover estratégias de resgate da história, biografia e vinculação com a família de origem, respeitando a demanda da criança/adolescente.

Estas recomendações são consequência do processo de coleta, análise qualitativa e discussão de dados obtidos a partir de um grupo de 27 jovens egressos do sistema de proteção brasileiro. A amostra foi composta por conveniência e de forma alguma pode ser considerada representativa da realidade de todos os jovens do país entre 18 e 31 anos que passaram por serviços de acolhimento. Para fins de garantia de inclusão da perspectiva dos usuários na avaliação do PNCFC, os resultados aqui obtidos são expressivos e valiosos. No entanto, verificou-se que ainda há um extenso caminho a ser percorrido para a garantia dos direitos dos jovens egressos do sistema de proteção brasileiro. Parte desse caminho precisa envolver investimento e incentivo à produção de diagnósticos e pesquisas que possam embasar políticas e programas urgentemente necessários para favorecer a transição para a vida adulta desta parcela da população brasileira.

06. Referências Bibliográficas

Barros, N. S., & Naiff, L. A. M. (2015). Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. *Estudos e pesquisas em Psicologia, 15*(1), 240-259.

Berlin, M., Vinnerljung, B., & Hjern, A. (2011). School performance in primary school and psychosocial problems in young adulthood among care leavers from long term foster care. *Children and Youth Services Review, 33*(12), 2489-2497.

Brännström, L., Vinnerljung, B., & Hjern, A. (2020). Outcomes in adulthood after long-term foster care: a sibling approach. *Child Maltreatment, 25*(4).

Brasil. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77-101.

Cassarino-Perez, L. (2018). *Entre o acolhimento institucional e a vida adulta: uma análise do processo de transição.* (Tese de Doutorado).

Cassarino-Perez, L., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2020). Fatores protetivos e de risco na transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 20*(1), 142-167.

Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.

Chambers, R. M., Crutchfield, R. M., Willis, T. Y., Cuza, H. A., Otero, A., Harper, S. G. G., & Carmichael, H. (2018). "It's just not right to move a kid that many times:" A qualitative study of how foster care alumni perceive placement moves. *Children and Youth Services Review, 86*, 76-83.

CNA - Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, & CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. (2008). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça (2020). *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. Brasília, DF.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária – PNCFC (2006). Brasília, DF.

Courtney, M., Dworsky, A., Brown, A., Cary, C., Love, K., & Vorhies, V. (2011). *Midwest evaluation of the adult functioning of former foster youth: Outcomes at age 26*. Chicago, USA: Chapin Hall at the University of Chicago.

Cruz, D. A. (2019). *Adolescentes em acolhimento institucional: imagens sociais e o direito à convivência comunitária*. (Tese de Doutorado).

Cyrulnik, B. (2005). *The whispering of ghosts: Trauma and resilience*. Other Press.

Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade, 22*(2), 336-344.

Fernandes, A. O., & Monteiro, N. R. D. O. (2017). Comportamentos pró-sociais de adolescentes em acolhimento institucional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa,* 33.

Figueiró, M. E. S., & Campos, H. R. (2017). Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicologia Argumento, 31*(72).

Goulart, J. S., & dos Santos Paludo, S. (2014). Apadrinhamento afetivo: construindo laços de afeto e proteção. *Psico, 45*(1), 35-44.

Greeson, J. (2013). Foster youth and the transition to adulthood the theoretical and conceptual basis for natural mentoring. *Emerging Adulthood, 1*(1), 40–51.

Gulassa, M. L. C. R. (2010). A fala dos Abrigos. In M. V. Baptista, & I. M. F. R. Guará (Coord.). *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (2ª Ed, pp.49-58). São Paulo: NECA.

Guareschi, P. A., Rocha, K. B., Moreira, M. C., & Boeckel, M. G. (2010). Grupos focais em psicologia comunitária. In J. C. Sarriera & E. T. Saforcada (Eds.), *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas* (1st ed., pp. 139–152). Porto Alegre: Editora Sulina.

Harder, A. T., Mann-Feder, V., Oterholm, I., & Refaeli, T. (2020). Supporting transitions to adulthood for youth leaving care: Consensus based principles. *Children and Youth Services Review, 116*, 105260.

Instituto Fazendo História (2020). *Mais autonomia, mais direitos.* Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5f15cf6feb1ca27d6f1bd604/1595264914524/DONCEL_INV_Brasil.pdf

Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2015). *Focus groups.* 5th ed. Thousand Oaks: Sage Publications.

Masten, A. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist, 56*(3), 227-238.

Okpych, N. J., & Courtney, M. E. (2018). Characteristics of foster care history as risk factors for psychiatric disorders among youth in care. *American Journal of Orthopsychiatry, 88*(3), 269–281.

Pacheco, Á. A. E., & Paes, F. Reason. P. (2018). Plano da Campanha de Advocacy: *"Convivência Familiar e Comunitária: Prioridade Nacional!"*.

Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods* (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.

Rifiotis, F. C. (2019). "Egressas" de serviços de acolhimento e a invenção de novas possibilidades de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 34*(99).

Romanelli, B. M. B. (2013). *O que é feito dos jovens? Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional*. (Tese de Doutorado).

Rosa, E. M., Nascimento, C. R. R., Matos, J. R., & Santos, J. R. dos. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. Estudos de Psicologia, 17(3), 361–368.

Roso, A. (1997). Grupos focais em Psicologia Social: da teoria à prática. *Psico, 28*(2), 155-169.

Silva, P. S. D., Cassarino-Perez, L., Sarriera, J. C., & Frizzo, G. B. (2017). A equipe psicossocial na colocação da criança nos processos de adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão, 37*(3), 608-623.

Stein, M. (2008). Transitions from care to adulthood: Messages from research for policy and practice. In M. Stein & E. R. Munro (Eds.), *Youngs people's transitions from care to adulthood: International research and practice* (pp. 289–305). London: Jessica Kingsley.

Sulimani-Aidan, Y., Melkman, E., & Hellman, C. M. (2019). Nurturing the hope of youth in care: The contribution of mentoring. *American Journal of Orthopsychiatry, 89*(2), 134.

UN. Assembleia Geral. *Direitos da criança: resolução / aprovada pela Assembleia Geral em 17 de dezembro de 2018*. Índice: A/RES/73/155, 73ª sessão. Nova York: ONU, 2018-2019.

Valério, T. A., & Lyra, M. C. (2016). Significados ambivalentes no processo de adoção: um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 21(2), 337-348.

Van Breda, A. D. (2018). Research review: Aging out of residential care in South Africa. *Child & Family Social Work, 23*(3), 513-521.

Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão, 37*(2), 529-541.

Werner, E. E. (1993). Risk, resilience, and recovery: Perspectives from the Kauai Longitudinal Study. *Development and Psychopathology*, 5(4), 503-515.

ECD
ENCONTRO COM DEUS

instituto
fazendo
história

Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISBN: 978-65-89063-02-5
CBL
9 786589 063025